



Presidente Itamar Franco

# DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA-II

De julho de 1993 a setembro de 1994



Brasília  
1994

**DISCURSOS  
DE POLÍTICA  
EXTERNA - II**

De julho de 1993 a setembro de 1994



Presidente Itamar Franco

DISCURSOS  
DE POLÍTICA  
EXTERNA - II

De julho de 1993 a setembro de 1994

Brasília  
1994

© 1994, Presidência da República Federativa do Brasil

Brasil. Presidente, 1992- (I. Franco)

Discursos de política externa-II : de 1de julho de 1993 a 22 de setembro de 1994. — Brasília : Presidência da República, 1994.

190p. (Série Discursos)

1. Franco, Itamar, Presidente do Brasil, 1993- —  
Discursos. 2. Política Externa — Brasil. I. Título.

CDD 354.810 35

## Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>11</b>
<b>I Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na 4ª Reunião do Conselho do Mercosul, em Assunção, Paraguai. Assunção, 1º de julho de 1993.</b>	<b>13</b>
<b>II Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Segunda Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Uma Nova Agenda para o Desenvolvimento, com Ênfase no Desenvolvimento Social». Salvador (BA), 15 de julho de 1993.</b>	<b>21</b>
<b>III Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na cerimônia de abertura da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Salvador (BA), 15 de julho de 1993.</b>	<b>27</b>
<b>IV Saudação do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do</b>	

- jantar oferecido aos Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos no Museu de Arte Sacra. Salvador (BA), 16 de julho de 1993. 33
- V Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Quarta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Educação, Cultura, Saúde, Ciência e Tecnologia como Instrumentos do Desenvolvimento; as Soluções do Conjunto e as Questões Intersetoriais». Salvador (BA), 16 de julho de 1993. 37
- VI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, no encerramento da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Salvador (BA), 16 de julho de 1993. 43
- VII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Sexta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Salvador (BA), 16 de julho de 1993. 49
- VIII Saudação do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido no restaurante do Senac aos Chefes de Estado e de Governo dos Países Ibero-Americanos, no Pelourinho. Salvador (BA), 16 de julho de 1993. 53

- IX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na inauguração do Parlamento Latino-Americano. São Paulo, 17 de julho de 1993. 57
- X Saudação do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na chegada a Santiago (Aeroporto Arturo Merino Benítez), para participar da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Santiago do Chile, 14 de outubro de 1993. 63
- XI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Primeira Sessão de Trabalho, em Assuntos Políticos, durante a VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Santiago do Chile, 15 de outubro de 1993. 67
- XII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, durante a VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio. Santiago do Chile, 16 de outubro de 1993. 75
- XIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Sessão de Encerramento da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, em Santiago do Chile. Santiago do Chile, 16 de outubro de 1993. 81
- XIV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da visita do Senhor Presidente da República Cooperativista da Guiana, Senhor Cheddi Jagan. Brasília, DF, 17 de novembro de 1993. 89

- XV Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, no almoço oferecido ao Senhor Presidente Jiang Zemin, da República Popular da China — Palácio Itamaraty. Brasília, 23 de novembro de 1993. **95**
- XVI Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de inauguração da V Reunião de Chefes de Estado do Conselho do Mercado Comum, na Cidade de Colônia, Uruguai. Colônia, Uruguai, 17 de janeiro de 1994. **101**
- XVII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de instalação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana, na cidade de Letícia, Colômbia. Letícia, Colômbia, 22 de janeiro de 1994. **109**
- XVIII Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do jantar oferecido pelo Embaixador José Aparecido e a Senhora Sarah Kubitschek aos Chanceleres de língua portuguesa no Memorial JK. Brasília, 10 de fevereiro de 1994. **115**
- XIX Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido pelo Senhor Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldera. La Guaira, Venezuela, 4 de março de 1994. **121**

- XX** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da solenidade do Dia do Diplomata, no Palácio Itamaraty. Brasília, 20 de abril de 1994. **127**
- XXI** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido ao Senhor Vaclav Klaus, Primeiro-Ministro da República Tcheca, no Palácio Itamaraty. Brasília, 25 de abril de 1994. **137**
- XXII** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião do almoço oferecido ao Senhor Nicolae Vacaroiu, Primeiro-Ministro da Romênia, no Palácio Itamaraty. Brasília, 11 de maio de 1994. **143**
- XXIII** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da sessão de abertura do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA. Belém do Pará, 6 de junho de 1994. **149**
- XXIV** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da chegada em Cartagena das Índias, sede da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Aeroporto Rafael Nuñez, Cartagena das Índias, 13 de junho de 1994. **157**

- XXV** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da cerimônia de abertura da IV Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo. Cartagena das Índias, Colômbia, 14 de junho de 1994. **161**
- XXVI** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, por ocasião da VI Reunião do Conselho do Mercosul. Buenos Aires, Argentina, 5 de agosto de 1994. **167**
- XXVII** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Sessão de Abertura da Reunião de Cúpula do Grupo do Rio. Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1994. **173**
- XXVIII** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, em solenidade com conferencistas estrangeiros — 22ª reunião. Palácio do Planalto. Brasília, 20 de setembro de 1994. **181**
- XXIX** Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, ao receber em audiência os chanceleres e representantes dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Palácio do Planalto, 22 de setembro de 1994. **187**

## Apresentação

O objetivo desta publicação é o de divulgar os pronunciamentos do Presidente Itamar Franco na área de política externa.

Este volume reúne os discursos proferidos pelo Presidente Itamar Franco nos eventos internacionais de que participou, no Brasil e no exterior, no período de 1º de julho de 1993 a 22 de setembro de 1994.



I

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na 4ª Reunião  
do Conselho do Mercosul, em Assunção,  
Paraguai. Assunção, 1º de julho de 1993.**



Senhores Presidentes,  
Senhores Ministros,  
Senhores Chanceleres,  
Senhoras e Senhores,

O Paraguai que nos acolhe se encontra em momento forte de sua história política. A eleição do Senhor Juan Carlos Wasmosy confirma a vontade de seu povo de viver dentro das difíceis, mas insubstituíveis regras democráticas. Ao governo do Presidente Andrés Rodriguez deve ser creditado o respeito de seus contemporâneos. Coube-lhe administrar, com inegável espírito de estadista, a transição, com a restauração das plenas liberdades cívicas em seu país.

Os nossos povos têm lutado para construir nações soberanas e prósperas, mas soberania e prosperidade só serão efetivas e duradouras se estiverem fundadas no respeito absoluto aos direitos do homem e do cidadão. Sem os alicerces jurídicos da liberdade, os regimes deixam de ser políticos, para se transformar em organizações policiais, quaisquer sejam as intenções daqueles que chefiem. Os conflitos sociais não podem ser reprimidos pela violência do Estado. Ao Estado cumpre buscar a conciliação das idéias e dos interesses mediante o paciente diálogo democrático. A pluralidade de

idéias e de partidos enriquece o espírito e o celeiro das nações, enquanto as ditaduras só conseguem o seu efêmero e enganoso êxito, quando o conseguem, à custa do medo, da delação e do luto.

Formamos, as quatro nações que aqui se reúnem, um grupo de povos empenhados em edificar sistemas democráticos sólidos, nos quais a justiça social se exerça de tal maneira que as liberdades políticas deixem de ser mera declaração dos textos constitucionais, para se expressarem na plena cidadania de todos os homens e mulheres.

Não estamos construindo apenas um mercado comum, mas estabelecendo, nesta parte da América e do mundo, área de novo convívio solidário. A igualdade de direitos que estabelecemos em nossos tratados de comércio há de se refletir no mesmo respeito à soberania de cada um de nossos países. A política externa do Brasil Republicano sempre foi a de absoluto respeito à autodeterminação dos povos, às fronteiras historicamente reconhecidas e aos tratados livremente assumidos.

Senhores Presidentes,

O Brasil enfrenta com coragem e determinação a tarefa de retomada do crescimento econômico em bases não-inflacionárias, inspirado pelo aperfeiçoamento de sua democracia, e sem deixar de atentar para os problemas sociais que se agravaram durante a última década.

A economia brasileira começa a recuperar-se de longo período recessivo e a dar mostras de renovado vigor: crescem as exportações e a produtividade da indústria, da mesma forma que a fronteira agrícola se expande, com reflexo significativo no aumento do produto interno bruto.

Senhores Presidentes,

Fomos capazes de iniciar e levar adiante o processo de integração do Cone Sul em período adverso, durante o qual nossas economias enfrentaram conhecidas dificuldades. Em que pese os contratempos e percalços, conseguimos avanços expressivos.

Chegamos a um ponto de entendimento que nos permitirá encontrar o melhor caminho na busca de uma progressiva convergência de nossas economias, e na definição de regras comuns em setores como o da garantia de investimentos, da defesa da concorrência, dos direitos do consumidor, dos serviços e da propriedade intelectual.

O Governo brasileiro reafirma o propósito de implementar o Tratado de Assunção, seus objetivos e suas metas. Passado um ano da aprovação do cronograma de Las Leñas, alcançamos resultados bastante significativos. Os reajustes que se revelaram necessários, em muitos aspectos do cronograma, obedeceram às exigências da realidade. Isso contribuiu para o aperfeiçoamento do processo e para facilitar sua efetiva implementação.

Até o final de 1994, teremos constituído a Zona de Livre Comércio e estabelecido uma união aduaneira, com definição da tarifa externa comum, de fundamental interesse para todos nós. É necessário ter em mente que a tarifa externa comum deve ser compatível com o nível de desenvolvimento industrial e com outros interesses econômicos da região. Embora a estipulação dos níveis tarifários constitua exercício complexo, estou convencido de que encontraremos, com o empenho político de nossos governos, as soluções mais adequadas.

A negociação da tarifa externa comum pressupõe atitude construtiva e coordenada de nossos países, sem iniciativas isoladas ou que atendam apenas a interesses nacionais espe-

cíficos, os quais, muitas vezes, são ditados por visões de curto prazo.

É preciso destacar a importância histórica de nosso empreendimento. As preferências tarifárias entre os quatro países-membros reorientam nossas correntes comerciais e já conferem ao intercâmbio sub-regional dimensões inéditas: registro que, em 1990, nosso intercâmbio com Argentina, Paraguai e Uruguai era de US\$3,6 bilhões. No ano passado, esse intercâmbio atingiu a cifra de US\$6,3 bilhões.

A união aduaneira que constituiremos será a primeira do hemisfério americano e a segunda no mundo a ser negociada, após a da comunidade europeia. O mercado comum entre nossos quatro países, que alcançará sua expressão plena na livre circulação de serviços e de pessoas, será o passo seguinte no processo de integração regional.

Estamos avançando na direção certa. É fundamental, portanto, que continuemos planejando cuidadosamente o percurso, até o final do período de transição, de modo a preservar os resultados obtidos e preparar o terreno para uma integração sólida.

Em 1994, daremos um grande salto no processo de integração, com a realização da conferência intergovernamental sobre aspectos institucionais, na qual estabeleceremos os mecanismos e órgãos que hão de conduzir à plena integração. Procuraremos assegurar o ajustamento das instituições ao processo de integração, com os olhos voltados para o funcionamento do Mercosul a partir de 1º de janeiro de 1995.

O Brasil considera essencial que tais negociações sejam orientadas pela expressão demográfica e econômica dos sócios do Mercosul. Se assim não for, dificilmente serão criados os mecanismos institucionais equilibrados e democráticos indispensáveis aos nossos objetivos.

A integração no âmbito do Mercosul e em toda a América do Sul será, cada vez mais, elemento que favorecerá a presença da região no mundo. A coesão regional abrirá novas oportunidades de entendimento com outras regiões do globo e fortalecerá nossa capacidade de atuação no sistema multilateral de comércio.

Senhores Presidentes,

Não há caminho de volta. Nosso dever, como chefes de Estado das Nações do Mercosul, consiste em velar pela conclusão satisfatória de cada uma das fases negociadoras que se sucederão, superando os obstáculos com um sentido de grandeza histórica, que nos conduza a um futuro de prosperidade e justiça social.

Antes de concluir, registro o agradecimento pelo notável empenho e eficiência do Paraguai, no período em que ocupou a presidência *pro tempore* do Mercosul. Expresso às autoridades uruguaias, que assumem esta responsabilidade, a certeza de que se desincumbirão, com a habitual competência, da importante tarefa.

Senhores Presidentes,  
Senhores Ministros,

Este e outros encontros têm servido para que nos conheçamos melhor, como homens incumbidos pelas circunstâncias e pela vontade de nossos povos de associar nossos Estados nacionais em torno de que a integração continental é o destino inafastável de nossos países. Os povos, como as pessoas, se estimam mais, quando se conhecem melhor e realizam, juntos, seus projetos comuns. O Mercado Comum do Sul é o início do processo que nos levará a fazer da nossa América a grande pátria de homens livres.

Muito obrigado.



II

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na segunda  
sessão de trabalho da III Conferência  
Ibero-Americana de Chefes de Estado e de  
Governo, dedicada ao tema «Uma nova  
agenda para o desenvolvimento, com ênfase  
no desenvolvimento social».  
Salvador (BA), 15 de julho de 1993.**



Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

O tema que ocupa a nossa atenção justifica esta reunião de cúpula. A urgência nos impõe o dever de examinar o problema do desenvolvimento dentro de suas perspectivas de justiça social e construção humana.

Aqueles que viram, na aparente superação dos conflitos ideológicos, com o fim da guerra fria, o término da história, cabe-nos contrapor a realidade de um mundo marcado pelas discriminações étnicas, pela pobreza, pela fome.

A pobreza, refletida nos baixos indicadores sociais, é o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e à plena integração das economias da maioria dos países, na escala competitiva e dinâmica da produção industrial. Os outros obstáculos, de igual gravidade, são o protecionismo comercial e o monopólio tecnológico.

Temos que encontrar as raízes dos problemas que provocam instabilidade política e econômica, fome, desesperança, migrações descontroladas, violência e desrespeito aos direitos humanos. É necessário buscar o ponto de equilíbrio entre os interesses dos países desenvolvidos e dos países em

desenvolvimento. A partir desse ponto, poderemos assegurar o crescimento sustentável em todo o mundo.

A realidade de nosso tempo exige que todos os esforços, para a paz e para o desenvolvimento, se articulem em dois planos: o interno, sob a vontade soberana de cada Estado, e outro, externo, de responsabilidade da comunidade internacional e de grupos de debates e cooperação, como o nosso foro ibero-americano.

Essa atuação, interna e externa, será coerente: as iniciativas não se podem contrapor, mas se devem completar de forma harmoniosa.

A comunidade internacional terá que estimular a participação, em lugar de praticar a exclusão, como tem ocorrido na história das relações internacionais. Nessa prática de excluir os outros se encontra a origem da injustiça e da violência, no interior das nações e entre elas: a exclusão brutal do racismo e do nacionalismo totalitário; a exclusão das gerações futuras, na irracional depredação do meio ambiente; a exclusão representada pela desigualdade entre as nações e agravada pelo protecionismo; a exclusão exercida pela apropriação injusta do fruto do trabalho comum e dos benefícios do Estado por grupos privilegiados. Mais grave, ainda, de que todas essas exclusões, porque constitui a soma de todas elas, é a exclusão de imensos contingentes da humanidade, submetidos ao subdesenvolvimento e ameaçados de ter perpetuada a miséria.

Os países em desenvolvimento devem participar de todas as atividades de planejamento estratégico da comunidade internacional que visem a resolver o problema. Em primeiro lugar, porque se trata de um imperativo ético. O conceito de justiça social integra o patrimônio moral de nossa civilização e deve inspirar o relacionamento entre os homens e os Esta-

dos. Em termos internacionais, justiça social significa desenvolvimento com equidade.

Trata-se de uma exigência política. O subdesenvolvimento e a concentração da renda promovem a instabilidade do interior dos países e na comunidade internacional. O desenvolvimento pleno constitui condição sem a qual não haverá garantia de relações sempre pacíficas entre as nações.

Tais princípios devem, a meu juízo, presidir o exame dos temas de nossa «agenda para o desenvolvimento», especialmente no que se refere ao vínculo entre as questões de comércio, de investimento e de acesso à tecnologia.

A crescente liberalização do comércio, adotado pela maioria de nossos países, vem sendo respondida com a multiplicação de barreiras protecionistas em mercados importantes dos países desenvolvidos, disfarçadas, muitas vezes, como barreiras não-tarifárias, sempre mais bem elaboradas e mais complexas. Esse desequilíbrio ameaça comprometer o esforço negociador da Rodada Uruguai, que deve se concluir de forma equilibrada e sem novas cláusulas condicionantes.

Vale dizer que para o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, é necessário o acesso a tecnologias novas, incluídas as caracterizadas como «sensíveis». Para isso se faz necessário definir claramente direitos e obrigações, de forma multilateral e dentro dos princípios de transparência e equidade.

A nova agenda para o desenvolvimento deve envolver, com espírito construtivo, toda a comunidade internacional. Nossos países reúnem condições objetivas para participar desse esforço.

Cada geração confia a uma parcela de seus contemporâneos a responsabilidade política de manter e ampliar as con-

quistas do espírito humano. Os que estamos aqui, na representação de nossos povos, podemos e devemos encontrar caminhos, que sirvam ao nosso grupo, unido pela história e pela geografia e pelo exemplo e influência, a todas as nações da Terra.

Muito obrigado.

**III**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na cerimônia de  
abertura da III Conferência  
Ibero-Americana de Chefes de Estado  
e de Governo.  
Salvador (BA), 15 de julho de 1993.**



Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

Nenhuma cidade brasileira poderia acolher, com maior legitimidade, este Encontro do que Salvador. Para ela se deslocaram, a fim de receber Vossas Excelências, os sentimentos de hospitalidade de toda a Nação.

Neste território, em que o calor dos trópicos chega ao coração e à alma dos homens, as naus portuguesas terminaram a longa viagem que Ulysses interrompera, diante do Mar Oceano, em Lisboa, a «Olisipo» das mais antigas conjecturas, naquele tempo em que o mito e a história estabeleciam os rumos de nossa civilização. Aqui se completou, vindo do leste, o Projeto do Ocidente.

A Bahia em sua fascinante religiosidade, na força criadora de seus artistas, na beleza de seu povo, em cuja veias correm todos os sangues e em cuja alma passeiam todos os sonhos, é um dos grandes símbolos da comunidade de povos ibero-americanos. Aqui podemos ver como foi enriquecedora, para a velha força ancestral da península, a contribuição dos que vieram da África e daqueles que nos esperavam na América.

Sejam bem-vindos ao nosso lar.

Temos tido, de um lado e do outro do Atlântico, traços culturais comuns e crescente afinidade política. O tempo mundial pede-nos, no entanto, passos mais ousados, a fim de que possamos explorar espaço político próprio, aberto à cooperação e à solidariedade. Temos o dever de aproveitar as convergências possíveis na promoção do bem-estar dos nossos povos.

As nossas reflexões irão servir ao fortalecimento de nossa amizade, de forma a contribuir para a construção de nova ordem mundial. A sociedade internacional que desejamos e, mercê de Deus, haveremos de construir, será a que preserve a identidade cultural de cada uma das nações e promova efetiva solidariedade entre todos os homens.

Confirmamos aqui o nosso compromisso com os princípios da democracia representativa e o respeito sagrado aos direitos humanos. O primeiro de todos os direitos, nas sociedades organizadas, é o da liberdade sob a lei.

Decidimos dedicar esta Reunião de Chefes de Estado e de Governo à troca de idéias sobre o desenvolvimento, sobretudo o desenvolvimento social. Inspiram-nos o Relatório do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas e a Resolução nº 47/181 da Assembléia Geral.

Impele-nos a isso a grave situação social que, em muitas de nossas regiões, viola a dignidade do homem e dificulta o progresso econômico.

Em Guadalajara, onde pela primeira vez nos reunimos, e em Madri, demos passos concretos para ampliar os horizontes de nossas atividades comuns. Em Salvador ofereceremos importante contribuição à comunidade internacional no esforço para o desenvolvimento, sob a orientação das Nações

Unidas, a partir do Relatório que o Secretário-Geral apresentará à quadragésima oitava assembléia geral, este ano.

Esta é uma tarefa a que nos convocam a urgência e o perigo. É preciso completar o que temos feito para a manutenção da paz e da segurança no mundo, com a solução dos problemas econômicos internacionais. Sem isso, a paz e segurança estarão sempre sob pesada ameaça. O aumento da pobreza, a degradação ambiental e os entraves ao desenvolvimento, que agravam as pressões migratórias, exigem ação solidária imediata, no interesse de todos, ricos e pobres, países industrializados e em desenvolvimento.

Quero encerrar estas palavras de boas-vindas lembrando um grande estadista brasileiro, nascido nesta cidade da Bahia de Todos os Santos, o Barão de Cotegipe. Cotegipe, que sempre defendeu a idéia de aproximação com os nossos vizinhos sul-americanos, deixou-nos máxima que pode servir a este encontro: «O prazer da alma está na ação».

E é com este «prazer da alma» que comunico a Vossas Excelências haver encaminhado ao Congresso Nacional projeto de lei que torna obrigatório o ensino do idioma espanhol nas escolas de primeiro e segundo graus em todo o Brasil.

Muito obrigado.



IV

**Saudação do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião do  
jantar oferecido aos Chefes de Estado e de  
Governo Ibero-Americanos  
no Museu de Arte Sacra.  
Salvador (BA), 16 de julho de 1993.**



Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhores Chanceleres,  
Senhoras e Senhores,  
Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Soares,

Suas palavras refletem, de maneira generosa, os sentimentos de fraternidade e entendimento que unem os países Ibero-Americanos e que os trouxe a Salvador.

A contribuição portuguesa e brasileira ao acervo histórico e cultural deste grande espaço geográfico e humano se reflete neste Museu de Arte Sacra, que recolhe a expressão de nosso passado comum.

A ele se deve acrescentar a forte e generosa presença cultural africana, à qual tanto devemos, na construção da nossa comunidade de países de língua portuguesa, levada a Lisboa e à África pelo então Embaixador e agora Chanceler do Brasil, o nosso amigo comum José Aparecido de Oliveira. Ele deverá concluir, em breve, e com a autoridade de seu novo cargo, os entendimentos vitoriosamente já iniciados com os governos interessados.

Vossas Excelências tiveram a oportunidade de reconhecer, nesta cidade de Salvador, os frutos da civilização que nos une, na arquitetura, na música, nas artes plásticas e na alma

de nosso povo. Vossas Excelências puderam também encontrar o testemunho do sentimento de fraternidade do povo brasileiro para com os povos ibero-americanos em todos os dias de sua permanência entre nós.

Peço-lhes levar da terra brasileira a imagem de uma gente comprometida com os valores democráticos, que pressupõem o respeito a todos os homens, como seres iguais em sua razão e em sua dignidade. São tais valores que exigem o desenvolvimento social solidário que todos desejamos.

Convido a que se juntem a mim em um brinde pela amizade e bem-estar dos povos ibero-americanos e pela felicidade pessoal de Vossas Excelências.

- V** **Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, na Quarta Sessão de Trabalho da III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, dedicada ao tema «Educação, Cultura, Saúde, Ciência e Tecnologia como Instrumentos do Desenvolvimento; as Soluções do Conjunto e as Questões Intersetoriais».**  
**Salvador (BA), 16 de julho de 1993.**



Senhor Presidente Lacalle,  
Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores.

O tema central de nosso encontro — a agenda para o desenvolvimento, com destaque para o progresso social — exige-nos atenção maior com os atos que possam ter efeito direto nas condições de vida de nossos povos.

Superado o maniqueísmo ideológico, torna-se mais evidente a interdependência crescente entre todas as nações do mundo, com o entrelaçamento dos interesses de uns com o interesse de todos, o que traz novas oportunidades, novos desafios e novos riscos.

Renova-se a disposição de trabalhar pela construção da paz, em cuja base se encontra o desenvolvimento social. Já o disseram, e vale a pena repetir, que o desenvolvimento em sua plenitude é o nome da paz.

Os documentos aprovados em Guadalajara e em Madri refletem a nossa disposição em fortalecer a cooperação entre nossos países, valendo-nos dos pontos de identidade que nos aproximam.

Queremos construir, com o diálogo e com a articulação de nossas políticas nacionais, nova forma de cooperação internacional que contribua efetivamente para o progresso social. Essa nova conduta terá que ser orientada pelas normas éticas da reciprocidade e solidariedade dentro dos princípios da liberdade e da justiça.

Com esse entendimento identificaremos as áreas em que a cooperação ibero-americana possa concretizar-se e desenvolver-se de forma criativa e pragmática, com o concurso indispensável dos organismos internacionais.

Os trabalhos setoriais anteriores a este encontro de nível mais alto fornecem-nos, nos relatórios submetidos ao nosso exame, subsídios importantes para o combate à pobreza, à doença e à fome, sem esquecer as sugestões referentes aos problemas das crianças e dos adolescentes. Da mesma forma, eles nos orientam quanto à promoção do intercâmbio científico e tecnológico, e da universalização do ensino. Para a realização de programas em todas as áreas são indicados os mecanismos de financiamento.

Senhores Chefes de Estado,

O trabalho que está sob o nosso exame específico, neste momento, é resultado da ativa participação de diferentes órgãos oficiais e entidades de países ibero-americanos e propõe os possíveis caminhos de intercâmbio. As sugestões que nos chegam, de notável lucidez, nortearão as decisões que venhamos a tomar.

Para que as iniciativas aprovadas em Salvador se tornem concretas, contaremos com o dever e a competência dos agentes governamentais em cada um de nossos países. Penso que poderemos também contar com as organizações não-governamentais, preocupadas com o bem-estar de nossos povos.

O nosso êxito irá depender também da atuação solidária dos organismos internacionais com competência nas diversas áreas de atuação. Estou seguro de que não nos faltarão apoio e participação de todos.

Muito obrigado.



VI

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, no encerramento  
da III Conferência Ibero-Americana de  
Chefes de Estado e de Governo.  
Salvador (BA), 16 de julho de 1993.**



Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhores Chanceleres,  
Ilustres Delegados,  
Senhoras e Senhores,

Congratulo-me com Vossas Excelências pela atmosfera de cordialidade, amizade e disposição para o entendimento em que nos reunimos. Graças a isso, houve proveitosa colaboração e consenso em torno das idéias e iniciativas que consagram esta conferência como foro de diálogo e cooperação. O nosso encontro será avaliado pela maior aproximação de nossos povos e governos e pelas iniciativas comuns que já começaram a trazer resultados.

Nortearam nossos trabalhos os princípios e objetivos enunciados na reunião constitutiva da Cúpula Ibero-Americana, há dois anos, em Guadalajara e reiterados em 1992 em Madri. Esta conferência nasceu com a aspiração de dar impulso conjunto ao desenvolvimento econômico e social. Com esse escopo, temos apoiado programas de cooperação que gerem frutos e contribuam para um futuro de paz, bem-estar e igualdade social para os nossos povos.

O projeto ganhou contornos próprios em Salvador. A nova conjuntura política, com o fim da bipolaridade ideológica, liberou o diálogo internacional.

A Assembléia Geral das Nações Unidas, com a Resolução nº 47/181, convidou a comunidade internacional a discutir nova agenda para o desenvolvimento. Trata-se de revitalizar o papel da ONU e dos organismos internacionais, entre eles os estabelecidos pelo Tratado de Bretton Woods.

Assumimos, em nossa reunião, a responsabilidade de indicar à comunidade de nações que estamos dispostos a ser interlocutores plenos, ativos, inovadores e cooperantes.

Foi nossa intenção ressaltar o progresso social no contexto do desenvolvimento em seu sentido lato. Relembro, a propósito, que, já em 1945, os Estados que se reuniram em São Francisco estabeleceram, como centro de compromisso das Nações Unidas, a promoção do progresso econômico e social.

Em muitos países de nossa área, os índices estatísticos revelam situações preocupantes quanto à mortalidade infantil, ao analfabetismo, ao acesso aos serviços básicos de saúde e a educação elementar, à desnutrição, à incidência de endemias próprias da pobreza, ao atraso social, enfim. É uma situação angustiada, e que reclama soluções de emergência. O novo conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento deve-se fundar nessa prioridade.

A promoção do desenvolvimento, tal como foi historicamente concebida, baseou-se na produção de riquezas materiais, sem assegurar a justa distribuição. Alguns países se deram conta do perigo que isso representava, e estabeleceram legislação disciplinadora. Os que descuidaram do desenvolvimento social sofrem até hoje as conseqüências dessa impre-

visão. Temos ainda tempo de reparar esse tremendo equívoco histórico, mas não muito.

Creio ser esta, senhores, a grande tarefa da comunidade internacional. E me sinto feliz por haver participado de um encontro que reafirmou o primeiro de todos os deveres do Estado democrático: o de promover e assegurar a dignidade dos seres humanos.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

O Brasil, em seu povo e em seu Governo, agradece a visita de Vossas Excelências e o esforço comum em busca de tempos de justiça à dignidade para os nossos povos.

Levem Vossas Excelências a memória de dias vividos com uma gente que só deseja a paz e a prosperidade de todos os homens da Terra.

Muito obrigado.



v

**VII**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na Sexta Sessão  
de Trabalho da III Conferência  
Ibero-Americana de Chefes  
de Estado e de Governo.  
Salvador, 16 de julho de 1993.**



Senhor Presidente Gaviria,  
Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

Temos, diante de nós, desafios complexos e enriquecedores. Estamos buscando a melhor conduta estratégica a fim de superar as dificuldades internas e os constrangimentos externos que tolhem a nossa atuação. A Conferência Ibero-Americana foi concebida com o objetivo de dar nova força às afinidades entre os países que a compõem, tendo em vista melhor e mais produtiva presença internacional.

As alterações na ordem internacional trouxeram novos obstáculos, que mereceram a devida atenção desta Conferência. A singularidade de nosso foro está exatamente na convergência em torno dos objetivos que o inspiram e na riqueza de sua composição. Pelo patrimônio cultural de que dispõe e pelos seus propósitos políticos, a articulação ibero-americana está qualificada a elaborar novo modelo de atuação conjunta no mundo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento econômico e social.

De comum acordo decidimos concentrar-nos neste tema de urgência e importância incontestável. Assim o fizemos porque a nossa preocupação maior é com a defesa da digni-

dade do homem. O conceito de dignidade, a nosso ver, é integral: abrange os direitos fundamentais, entre eles o de trabalhar, produzir e usufruir dos bens honradamente adquiridos, em plena liberdade. Isso implica a defesa da democracia e do pluralismo político como bases para o desenvolvimento com justiça social.

A reunião de Salvador vem sendo produtiva neste sentido. Foram feitas sugestões e propostas objetivas para que possamos realizar o nosso grande projeto.

Parece-me necessário recordar, mais uma vez, que o bem-estar é sempre acompanhado da paz, assim como os conflitos se nutrem da insatisfação e da miséria. Estamos, na América Latina, pagando altos custos sociais no projeto de modernização das estruturas econômicas. Temos aberto as nossas economias nacionais, expondo nossas indústrias, nossa agricultura e os nossos serviços à livre competição internacional, procurando assegurar nossa presença plena nos fluxos mundiais de comércio e de investimentos.

Por todas essas razões é estimulante verificar que a Reunião de Salvador conduziu os seus trabalhos dentro da visão de um mundo aberto, pluralista e inspirado, em última análise, pelo respeito à pessoa humana.

Devemos seguir essa via enriquecedora, sem negar divergências ocasionais, e valorizar os traços que nos são comuns. Essa, talvez, seja a nossa maior vantagem. Nossas sociedades têm acervo histórico e cultural comum, embora cada uma delas se distinga na construção de sua vida independente. Nesse acervo se revela a identidade que nos fortalece, sem que se comprometam a soberania e o modo particular de ser de cada um de nossos povos.

Muito obrigado.

VIII

Saudação do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião do  
almoço oferecido no restaurante do Senac  
aos Chefes de Estado e de Governo dos  
Países Ibero-Americanos, no Pelourinho.  
Salvador, 16 de julho de 1993.



**Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhor Governador e Esposa, Senhora Prefeita.**

**É com grande prazer pessoal que compartilho da companhia de Vossas Excelências neste cenário do Pelourinho, marco da arquitetura colonial portuguesa no Brasil, incluído no patrimônio cultural mundial.**

**O local em que nos encontramos é uma das mais importantes referências desta cidade de Salvador da Bahia de Todos os Santos, fundada por Tomé de Sousa, primeiro Governador-Geral do Brasil, em 1549, e capital da colônia até 1763.**

**Com a forte evocação da grande aventura dos nossos antepassados, que cruzaram o mar desconhecido para trazer a esta parte do mundo o seu saber e a sua fé, convido os presentes a um brinde à nossa História, à saga de nossos maiores e à amizade entre os povos ibero-americanos.**



**IX**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na inauguração  
do Parlamento Latino-Americano.  
São Paulo, 17 de julho de 1993.**



Senhor Presidente do Parlamento Latino-Americano,  
Senhores Chefes de Estado,  
Senhores Membros do Parlamento Latino-Americano,  
Senhores Membros do Corpo Diplomático,  
Senhoras e Senhores,  
Moços e Moças.

Inauguramos hoje a sede do Parlamento Latino-Americano, sob a inspiração dos mais elevados ideais que orientam a vida política e social em nossos países.

A realização do destino que nos foi legado pelos fundadores dos Estados Continentais pressupõe o respeito absoluto aos dois valores em que se alicerça a civilização: a liberdade e a ordem. Em plena liberdade, em suas Casas Parlamentares, mediante os representantes escolhidos em processos legítimos, os povos estabelecem a ordem jurídica que pede a sua vontade comum. Cabe às demais instituições do Estado garantir a liberdade e manter esta ordem, não permitindo a dissolução da autoridade nos ácidos da anarquia, nem recorrendo a medidas que violem as constituições e as leis.

A essa trabalhosa forma de viver e governar chamamos democracia. Nem sempre nos damos conta de suas virtudes, mas quando delas nos privam, ansiamos por sua restauração.

Relembramos que é preferível o cansativo diálogo ao uso da força; que é melhor a paciência do que o açoitamento que leva a decisões impensadas; e que o emprego de meios legítimos e constitucionais, para a garantia das instituições e do cumprimento da ordem jurídica, mesmo à custa de efêmera popularidade política, é muitas vezes inevitável, a fim de impedir que nos ameace a desordem essencial das ditaduras.

Quando pensamos em democracia, pensamos em Parlamento. É nos Parlamentos que as idéias crescem, no ardor dos debates, na força das paixões políticas. É também no Parlamento que, nas horas mais graves, selam-se os acordos em nome da paz.

Em nosso País e em nossos sacrificados tempos de luta pela reconquista da democracia e reafirmação do Parlamento, destacou-se a figura de Ulysses Guimarães, a cuja memória acabamos de prestar uma homenagem justa. Ulysses, em mais de quatro décadas de vida pública, foi o exemplo da paixão e da paciência, do confronto e do diálogo, da coragem e da transigência.

O Brasil sente-se honrado em acolher, na cidade de São Paulo, esta casa da democracia latino-americana, que será foro privilegiado do diálogo e do entendimento. Estou certo de que nele encontraremos o espaço para construir a unidade com que sonharam os nossos maiores e que nos foi negada pelas circunstâncias daquele tempo. Unidade que sempre será regida pelo sagrado respeito aos princípios da autodeterminação dos povos.

Não nos devem mover, neste ideal de integração, apenas as razões econômicas, por mais ponderáveis elas possam ser. Estou convencido de que mais do que a troca de bens e serviços, temos que trocar as nossas ricas experiências humanas. A nossa integração terá de ser cultural, ou não será

integração. De um e de outro lado das montanhas e dos rios que marcam os nossos limites de soberania, há homens e mulheres que embelezam e dão nova dignidade à vida, na criação literária, nas artes plásticas, na música e na expressão, poderosa e não raras vezes fantástica, da arte popular.

Foi com essa consciência do que deve ser feito que, conforme anunciei em Salvador, encaminhei ao Congresso Nacional projeto de lei que determina o ensino do idioma espanhol em todas as escolas de primeiro e segundo graus, em todo o território brasileiro.

Temos também, para servir ao futuro comum, as lições de fraternidade social dos nossos ancestrais nativos do continente. Em suas sociedades, aparentemente primitivas, porque desprovidas do conhecimento técnico, encontramos a inspiração para a necessária justiça social. Sem que resolvamos os terríveis problemas sociais trazidos pelo crescimento econômico desordenado, a democracia estará incompleta. Por isso devemos nos acautelar contra as ilusões de uma modernidade que, em nome da abertura inevitável dos mercados, mantenha a exploração da mão-de-obra barata como pressuposto do progresso econômico.

Senhoras e Senhores,

A construção política da América Latina talvez venha sendo a mais incitante das aventuras do homem. Foi necessário que se transpusessem todas as fronteiras do mistério, cortando os meridianos ocidentais e a linha equinocial, no confronto com um mundo hostil em sua natureza preservada e com os povos de saber próprio e poderoso, para estabelecer aqui a nova plataforma da História.

Este Parlamento irá servir para que nos conheçamos melhor. Ele faz parte de um conjunto arquitetônico próprio e

se cerca de instalações de natureza cultural, de iniciativa do povo e do Governo de São Paulo, destinadas a receber o espírito criador de nossa América. Não tenho dúvida de que, aqui, começa, na solidez destas paredes, a construção objetiva de nossa integração.

Muito obrigado.

**X**

**Saudação do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na chegada a  
Santiago (Aeroporto Arturo Merino  
Benitez) para participar da VII Cúpula  
Presidencial do Grupo do Rio.  
Santiago do Chile, 14 de outubro de 1993.**



Senhores Representantes do Governo Chileno,  
Senhor Embaixador do Brasil e demais membros das  
representações diplomáticas brasileiras no Chile,  
Senhoras e Senhores,

Desejo que minhas primeiras palavras, em Santiago, sejam para transmitir ao povo chileno as calorosas expressões de amizade e apreço do povo brasileiro e para manifestar a grande alegria pessoal que terei em reencontrar-me com o Presidente Patricio Aylwin.

Nas ocasiões anteriores em que nos encontramos, entre as quais destaca-se na minha lembrança a Cúpula Ibero-Americana de Salvador, tive o prazer de constatar a afinidade espontânea que tem presidido tradicionalmente ao diálogo entre nossos países. Unidos pelo apego à democracia, e irmanados no desejo de desenvolver nossas sociedades com equidade, dispomos de um histórico de relações bilaterais que podem ser descritas como exemplares.

Estou certo de que saberemos traduzir esta facilidade para o entendimento, em crescente progresso e bem-estar para nossos povos e para nossa região.

Ao acompanhar o rápido desenvolvimento econômico do Chile e registrar a firmeza das convicções democráticas de

seus líderes, convenço-me de que este belo país prepara-se para ingressar no Século XXI como uma nação próspera e dinâmica.

Com os demais participantes da VII Cúpula Presidencial do Grupo do Rio, havemos de expandir o raio de nossa concertação política, inspirados no patrimônio chileno de pluralismo democrático e motivados pela demonstração de vigor e renovação com que este país se destaca, hoje, no cenário internacional.

Muito obrigado.

XI

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na Primeira  
Sessão de Trabalho, em Assuntos  
Políticos, durante a VII Cúpula  
Presidencial do Grupo do Rio.  
Santiago do Chile, 15 de outubro de 1993.**



Senhores Presidentes,

A idéia de união, nas Américas, é mais antiga do que em qualquer outro continente. Nenhum sonho de integração jamais abarcou área geográfica tão extensa.

É com especial prazer que saudamos a presença dos Senhores Presidentes da Bolívia, Gonzalo Sanchez de Lozada, do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, e da Venezuela, Ramon José Velasquez Mujica. Todos trazem ao Grupo do Rio a contribuição enriquecedora de vigorosos povos da comunidade latino-americana. Conduzem nações onde vicejam os ideais democráticos e se desenvolvem economias estáveis com promessas de equidade.

Nosso diálogo tem dois objetivos fundamentais: o primeiro é a articulação para a defesa da democracia, para a promoção dos direitos humanos e das liberdades individuais e para assegurar o desenvolvimento com justiça social.

O segundo é o da defesa de uma ordem internacional justa e democrática.

Hoje, a América Latina encontra a identidade comum que se afirma por cima de uma diversidade que nos indivi-

dualiza. Passamos por processos e enfrentamos desafios muito similares.

Desde nosso último encontro em Buenos Aires, houve importantes desdobramentos em nossa região.

Com relação ao Haiti, à Nicarágua, à Guatemala e ao Suriname, reforçamos nosso apoio à preservação da ordem constitucional e ao encaminhamento construtivo de questões políticas e econômicas.

O Grupo do Rio deve continuar a cumprir, prioritariamente, o papel de defesa da democracia.

A democracia exige um esforço permanente de aperfeiçoamento institucional. Reclama, também, competência e dedicação dos homens públicos, para preservar o conteúdo ético indispensável à sua eficácia.

Sabemos que o fortalecimento de nossas democracias requer a confiança da população nas instituições políticas. A governabilidade democrática pode ser mais lenta em sua capacidade de operar resultados práticos. Isso se revela sobretudo em períodos de crise social e de grandes demandas sobre o Estado.

Seria erro grave atribuir nossos problemas ao modo de operar da democracia. Pelo contrário, são as instituições democráticas que permitem superar crises — inclusive institucionais — sem quebra da ordem constitucional e sem violência. A história recente do Brasil ilustra perfeitamente esse ponto.

É nesse contexto que ressalto a importância de um Estado socialmente necessário, não no sentido de um Estado onipresente, mas sim de um Estado atento à necessidade de atendimento das aspirações das camadas desfavorecidas da popu-

lação — e que possa mobilizar os meios para exercer a contento esse papel fundamental.

Senhores Presidentes,

A América Latina tem dado importante contribuição para a causa da segurança internacional. As emendas ao Tratado de Tlatelolco, a criação e o funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e o Acordo Quadripartite de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica fornecem à comunidade internacional as garantias de nosso compromisso com o uso pacífico da energia nuclear.

Com relação às armas químicas, Argentina, Brasil e Chile firmaram a Declaração de Mendoza em que renunciaram solenemente à sua posse e fabricação.

Nossos países participaram ativamente do processo que resultou na Convenção para Proibição de Armas Químicas, assinada em Paris no início deste ano.

O Brasil está considerando modalidades de aproximação e fortalecimento da confiança mútua com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis.

Ao assumir compromissos firmes e inequívocos no campo da não-proliferação e do desarmamento, o Brasil — como os demais países latino-americanos — sente-se autorizado a exigir dos seus parceiros mais desenvolvidos o acesso desimpedido, mesmo que em bases comerciais, às tecnologias de ponta.

Na sua essência, o desenvolvimento econômico é um processo de difusão do progresso técnico. Por isso, na agenda da próxima reunião presidencial do Grupo do Rio, propomos que o tema «Ciência e Tecnologia» seja privilegiado, especialmente no que tange a acesso a tecnologias sensíveis.

Senhores Presidentes,

A experiência nos diz que a concertação política e a integração econômica são requisitos para uma projeção internacional mais nítida da América Latina.

Mercosul e Iniciativa Amazônica são duas vertentes em que se projeta a prioridade atribuída pelo Brasil à integração.

O Mercosul já exhibe expressivos resultados, com taxas de crescimento exponencial do comércio e com avançada construção de medidas integracionistas, que nos levarão ao funcionamento, em 1º de janeiro de 1995, de uma Zona de Livre Comércio e de uma União Aduaneira. É um projeto de grande envergadura, não-excludente, que sinaliza para a criação de vínculos crescentes com os demais países da América Latina e para a inserção competitiva dos quatro países na economia internacional.

A última Cúpula do Grupo do Rio, em dezembro último, em Buenos Aires, foi a ocasião escolhida pelo Brasil para o lançamento da Iniciativa Amazônica. Esta surgiu da percepção clara de que deveríamos aprofundar o relacionamento econômico com nossos parceiros amazônicos, o que inclui os países do Grupo Andino, além da Guiana e do Suriname. Prosseguem, com êxito, as negociações nesse sentido. De minha parte — animado pela receptividade que teve a proposta brasileira — continuarei a perseguir este objetivo com determinação.

Com a conformação da União Aduaneira do Mercosul, poderemos dar o primeiro passo concreto para o adensamento de vínculos entre o Mercosul e o conjunto dos países amazônicos.

Em um horizonte mais amplo, ao longo dos próximos dez anos, visualizamos a formação de uma Zona de Livre

Comércio na América do Sul. Esse espaço econômico resultaria da articulação entre os processos em curso do Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do Grupo Andino. Necessitará, igualmente, da participação fundamental do Chile. Essa nova Zona de Livre Comércio estimulará a aproximação das experiências integracionistas na América do Sul com o Nafta, com a Comunidade do Caribe e com o Mercado Comum Centro-Americano.

Senhores Presidentes,

À luz dos desdobramentos recentes em nossa região, devemos refletir sobre o papel do Grupo do Rio no cenário internacional.

A concertação política entre nossos países é um objetivo antigo que encontra plena realização no diálogo que mantemos no Grupo do Rio. Podemos orgulharmo-nos dos resultados muito positivos logrados por este mecanismo de consulta e concertação política.

Muito obrigado.



**XII**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, durante  
a VII Cúpula Presidencial  
do Grupo do Rio.  
Santiago do Chile, 16 de outubro de 1993.**



Senhores Presidentes,

A América Latina vem dando sinais claros de superação da crise econômica que tanto penalizou a região nos anos oitenta. Sofremos ainda os efeitos dessa pesada hipoteca. Naquele período, a América Latina perdeu dinamismo, perdeu rendas, perdeu mercados, tornou-se exportadora de capitais.

As políticas de ajuste limitam a capacidade do Estado de manter e ampliar investimentos sociais.

Os problemas enfrentados em nossa região na esfera dos direitos humanos relacionam-se intimamente com os desequilíbrios sócio-econômicos herdados do passado. Evidentemente, a plena vigência dos direitos políticos e liberdades fundamentais não pode ficar na dependência da obtenção de melhor situação econômica.

Mas, a despeito dos esforços governamentais, as carências sócio-econômicas afetam, na prática, a observância dos direitos mais elementares à vida, à segurança, à inviolabilidade da pessoa humana, à alimentação, ao trabalho e à justiça.

A América Latina vive um momento de reconstrução. Com altíssimos custos sociais, estamos promovendo ousadas

reformas estruturais, abrindo nossas economias, expondo nossas indústrias, nossa agricultura e nosso setor de serviços à livre competição internacional.

Não esqueçamos que — mesmo em sociedades bem mais ricas do que as nossas — o livre jogo do mercado não tem sido capaz de assegurar por si só a justiça social. O desenvolvimento deve estar conjugado a efetiva incorporação das populações mais carentes ao processo de crescimento econômico.

Daí a importância que atribuímos à Cúpula para o Desenvolvimento Social, programada pelas Nações Unidas, por iniciativa do Chile, para 1.995. Para tanto, será de grande valia o documento elaborado pelos peritos reunidos em Santiago, em setembro passado, sobre os temas da pobreza, marginalidade e desemprego. Na condição de Secretaria *pro-tempore* no próximo ano, o Brasil deseja contribuir para o necessário exercício de coordenação do Grupo do Rio sobre este tema.

Desenvolvimento econômico e estabilidade política na América Latina estão relacionados com o êxito de políticas que permitam integrar à vida produtiva as camadas mais pobres. Vivem hoje em níveis de pobreza alarmante cerca de 46% dos latino-americanos, ou seja, 200 milhões de pessoas.

Foi por essa razão que a III Cúpula Ibero-Americana, recentemente realizada em Salvador da Bahia, deu ênfase ao desenvolvimento social, dentro da temática geral do desenvolvimento, que deve merecer atenção prioritária das Nações Unidas.

No Brasil emerge novo consenso em que a sociedade se posiciona claramente a favor das reformas sociais necessárias ao combate à fome e pobreza.

A melhoria do bem-estar da infância e da juventude é um compromisso do Governo e da sociedade civil. Ambos vêm se articulando para mobilizar a opinião pública em torno da execução de programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, bem como a prestação de serviços de atendimento de saúde.

Convictos de que não é mais possível adiar soluções, milhares de brasileiros organizam-se em um trabalho voluntário de combate à fome. A Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida tem o pleno endosso do Governo, e constitui exemplo notável de iniciativa capaz de canalizar as boas intenções individuais para problemas de ordem social. Estamos prontos a compartilhar a nossa experiência com os povos irmãos da América Latina e do Caribe.



XIII

Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, na Sessão de  
Encerramento da VII Cúpula Presidencial  
do Grupo do Rio, em Santiago do Chile.  
Santiago do Chile, 16 de outubro de 1993.



Senhores Presidentes.

Um dos mais importantes desdobramentos na América Latina em anos recentes tem sido a retomada do afluxo de capitais para a região. Em 1992, esse fluxo atingiu US\$ 57 bilhões, 50% a mais do que em 1991.

Dois dos três países em desenvolvimento que receberam a maior quantidade de capitais externos em 1991 são da América Latina: México (US\$ 4,7 bilhões) e Brasil (1,6 bilhão).

O comércio dos países latino-americanos tem revelado extraordinário ritmo de crescimento nos últimos anos, o que revela o potencial de dinamismo das economias da região e confirma expectativas de que a inserção da América Latina na economia internacional poderá contribuir para a superação da atual crise na economia internacional, como, aliás, vem sendo afirmado por representantes de importantes organismos financeiros internacionais.

O Brasil deverá apresentar, em 1993, um superávit de cerca de US\$ 15 bilhões em sua balança comercial — o terceiro maior em sua história. De 1977 a 1989, o Brasil dobrou a participação de manufaturados em suas exportações (hoje, mais de 50% do total).

A expansão do intercâmbio comercial global da América Latina mantém-se em nível três vezes maior do que a média mundial.

Essa constatação indica o acerto das políticas de reforma econômica adotadas por quase todos os países da região.

A adoção de políticas vigorosas de abertura de mercados, no entanto, vem tendo lugar concomitantemente com o aumento do protecionismo nos países desenvolvidos, especialmente pela adoção de barreiras não-tarifárias.

Enquanto mais de sessenta países em desenvolvimento vêm implementando extensos programas de liberalização comercial, apenas quatro dos países da OCDE chegaram ao final da década de 80 com políticas comerciais mais liberais (Japão, Austrália, Nova Zelândia e Turquia).

Senhores Presidentes,

O grande desafio que enfrentamos é o de repor no primeiro plano o tema do desenvolvimento.

Uma estratégia viável de desenvolvimento deve incorporar dois elementos decisivos: acesso a mercados e acesso ao conhecimento.

O primeiro é condição essencial, pois o crescimento econômico está ligado à expansão do comércio mundial.

As divergências que até agora impediram a conclusão satisfatória da Rodada Uruguai devem ser superadas, levando na devida conta os interesses dos países em desenvolvimento e particularmente os latino-americanos.

Senhores Presidentes,

O protecionismo comercial encontra paralelo no protecionismo tecnológico. Se vierem a prevalecer as restrições hoje existentes ao acesso à tecnologia, os países em desen-

volvimento permanecerão à margem dos avanços científicos e técnicos.

Justamente quando a nova estrutura da produção vem-se apoiando em mais informações e conhecimento, tornam-se mais acentuados o desnível tecnológico e os esquemas restritivos à transferência de tecnologia e conhecimento.

O controle internacional da transferência de tecnologias de ponta opõe obstáculo ao nosso acesso legítimo à capacitação científica e tecnológica para fins pacíficos. Não podemos aceitar tacitamente o monopólio de tecnologias avançadas.

Essa é uma mensagem importante que, ao lado de nossos projetos de integração e da percepção de nossa cultura política essencialmente democrática, devemos transmitir dentro de um espírito de diálogo e sem atitude de confrontação.

Excelentíssimos Senhores Presidentes,

Travamos, ontem e hoje, importante diálogo sobre questões relevantes da conjuntura latino-americana e Internacional. Reafirmamos o papel central do Grupo do Rio como mecanismo de articulação política no mais alto nível. Contribuímos, assim, para a consolidação da comunidade latino-americana, e da sua capacidade de projetar-se e influir no cenário internacional.

Encerrado os eventos de 1993, voltamo-nos para as perspectivas de diálogo e concertação no ano de 1994, quando o Brasil assumirá a Secretaria *pro-tempore* do Grupo do Rio.

Manteremos, em 1994, a atuação vigorosa deste grupo na defesa da democracia e no estímulo aos processos de integração.

Não perderemos de vista as questões relacionadas ao desenvolvimento social. Devemos dar curso à reflexão inicia-

da em Buenos Aires em 1992, sobre os temas da pobreza, da marginalidade e do desemprego. Preparemo-nos para participar decisivamente na preparação da cúpula mundial sobre o desenvolvimento social, a realizar-se em Copenhague, em 1995.

Desejo convidá-los, por ocasião da cúpula de 1994, a uma reflexão especial sobre a questão do acesso à tecnologia. Como já tive ocasião de afirmar, a difusão do progresso técnico representa alavanca indispensável para o desenvolvimento econômico, o qual pressupõe, para a sua consolidação, a equidade, a justiça social e a preservação do meio ambiente.

A menos de uma década da virada do século, essas questões requerem a nossa particular atenção.

O Brasil sentir-se-á profundamente honrado como anfitrião e coordenador das reuniões do Grupo do Rio.

A recepção afetuosa que nos estendeu o Governo do Chile durante a reunião do Grupo do Rio, que hoje se encerra, traz a marca da hospitalidade da Nação Chilena.

A cidade de Santiago, importante centro financeiro e comercial, distingue-se também pela excelência de suas instituições acadêmicas e culturais. Aqui, os visitantes reencontram acolhida cordial e desfrutam da agradável convivência com o povo deste belo país.

Excelentíssimo Senhor Patricio Aylwin, Presidente da República do Chile,

Em nome dos meus colegas dos países do Grupo do Rio e no meu próprio, desejo expressar um agradecimento muito sincero ao Governo do Chile, em especial a todos os que, por seu trabalho e dedicação, fizeram desta VII Cúpula um modelo de organização.

Os bons resultados de nosso trabalho foram possíveis por essa acolhida amiga e por essa eficiência.

A Dom Patrício Aylwin, estamos todos particularmente gratos. Sua sabedoria e amabilidade fizeram deste encontro uma ocasião de amizade e de alta inspiração política que reforçará a coesão da América Latina e do Caribe em benefício de nossos povos. Nosso respeito e aplauso a V. Ex<sup>a</sup>, dono de um acentuado espírito público.

Muito obrigado.



**XIV**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião  
da visita do Senhor Presidente  
da República Cooperativista da Guiana,  
Senhor Cheddi Jagan.  
Brasília (DF), 17 de novembro de 1993.**



Senhor Presidente Cheddi Jagan,

Ao formular os votos de boas-vindas e feliz estada a Vossa Excelência, bem como à ilustre comitiva que o acompanha, desejo homenagear, neste nosso primeiro encontro, um dos líderes mais expressivos da América do Sul.

Estendemos essa homenagem à Guiana. Contra as difíceis condições de comércio, o peso da dívida externa e outros graves obstáculos, a Guiana tem sabido manter-se ativa, na defesa da dignidade democrática e na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Na intervenção de Vossa Excelência no recente debate da Assembléia-Geral das Nações Unidas pode-se observar a grande identidade de posições e de princípios de nossos dois países.

Estamos ambos empenhados na promoção e no fortalecimento da democracia.

Os regimes democráticos devem prevalecer em nossa América do Sul e em todo o Hemisfério. Tal objetivo não se alcança apenas com o esforço interno de cada país. A democracia é, hoje, tema de política externa e de cooperação entre os países.

Com a democracia, entendemos promover os direitos humanos e o desenvolvimento econômico-social. Como bem observou Vossa Excelência, as medidas de ajuste em países em desenvolvimento deverão levar em conta a justiça social e a promoção do bem-estar das populações.

Senhor Presidente,

Foi com grande satisfação que o Brasil tomou conhecimento da reação guianense à proposta de assinatura de um acordo de complementação econômica no quadro da Iniciativa Amazônica.

A Iniciativa Amazônica vem somar-se aos esquemas sub-regionais de integração em curso, que não devem ser excludentes. Recentemente, avancei sugestão no sentido de convergimos Brasil, Guiana e todos os nossos vizinhos, para a configuração de um espaço econômico sul-americano.

Além do Plano Comercial e Econômico, a relação entre o Brasil e a Guiana apresenta grande potencialidade em outras áreas. A dimensão amazônica figura como uma das mais importantes.

A Amazônia desempenhará crescente papel no futuro de nossos países. Com outros seis países irmãos, dispomos de um mecanismo significativo, o Tratado de Cooperação Amazônica. Poderemos tirar ainda maior partido do importante acervo já acumulado se dotarmos o tratado de instrumentos mais ágeis para captar recursos e canalizar a cooperação. Por esse motivo, o Brasil sugere a criação de uma secretaria permanente do Tratado, com sede em Brasília.

Senhor Presidente,

A cooperação fronteiriça constitui campo de trabalho prioritário. O respeito e a confiança mútua que caracterizam

as relações entre o Brasil e a Guiana nos levarão em futuro próximo a resultados concretos nessa área de colaboração.

Estamos promovendo uma presença maior do Estado na Amazônia Brasileira, com o objetivo de aumentar a proteção à população local e ao meio ambiente.

Por esse motivo, estamos implantando o sistema de proteção e vigilância da Amazônia e convidamos os países amazônicos — e entre estes naturalmente a Guiana — para participar do esforço de implantação do SIVAM-SIPAM, beneficiando-se de seus resultados.

Senhor Presidente,

Nosso destino continental se cumprirá quando os países da América do Sul se interligarem e nossos contatos forem diretos e constantes. Unidos por uma extensa região de fronteira, Brasil e Guiana precisam promover o quanto antes a integração desse espaço ao restante de seus territórios nacionais.

O desenvolvimento de nossas relações se apóia na interconexão de nossas estruturas rodoviárias, por onde escoarão os bens e serviços que levarão o progresso ao Sul da Guiana e ao Norte do Brasil.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência entre nós augura o início de uma fase nas relações entre o Brasil e a Guiana, ainda mais intensa e produtiva.

Com esse desejo sincero no coração, em nome do Governo Brasileiro e do meu próprio, ergo minha taça pela prosperidade da nobre e amiga nação guianense; e fazendo votos por uma feliz permanência em terras brasileiras, nessa visita rápida, mas para nós tão grata, convido a todos a brindarem pela felicidade pessoal de Vossa Excelência.



**XV**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, no almoço  
oferecido ao Senhor Presidente Jiang  
Zemin, da República Popular da China —  
Palácio Itamaraty.  
Brasília, 23 de novembro de 1993.**



Senhor Presidente,

Tenho hoje a grata satisfação de dar as boas-vindas a Vossa Excelência bem como à ilustre comitiva que o acompanha. A todos estendo minha mais cordial e amistosa acolhida, certo de que a visita de Vossa Excelência marcará etapa ainda mais frutífera no nosso relacionamento bilateral.

Senhor Presidente,

A presença de Vossa Excelência no Brasil representa o encontro entre uma antiga civilização — admirável a um tempo pela continuidade e persistência e pela capacidade de renovação — e uma sociedade jovem e dinâmica, que enfrenta com coragem desafios nas áreas social e econômica.

Vossa Excelência nos visita em momento de especial significado para o Brasil, caracterizado pela consolidação de nossa democracia e fortalecimento de nossas instituições.

Após quase uma década de desaceleração do crescimento econômico, o Brasil volta a se desenvolver com novo vigor, desta vez sobre base mais sólida, em que predomina a preocupação com a distribuição da renda e com o saneamento das finanças do Estado.

Proseguimos, com êxito, no caminho da reforma e liberalização da economia. Como resultado, o Brasil está, hoje, mais aberto para o exterior, em processo de afirmação cada vez mais competitiva no mercado internacional.

Senhor Presidente,

As relações entre nossos países ganham novo e decisivo impulso. No correr de quase vinte anos, nosso contato se estreitou, se diversificou e se enriqueceu. Logramos reunir, nesse período, um rico acervo de realizações que em muito aprimorou a qualidade de nossos entendimentos.

O diálogo sino-brasileiro se distingue, hoje, pela maturidade. Contribui para tanto o notável grau de coincidência e de convergência da política externa de nossos países.

As relações bilaterais ingressam em fase de crescente dinamismo. Evoluímos de uma relação de trocas para um verdadeiro entrelaçamento das duas economias em direção ao estabelecimento de uma efetiva parceria.

Vemos com satisfação a associação entre empresas brasileiras e chinesas para a construção de obra de grande porte na China e no Brasil.

Desenvolvemos intensa atividade de cooperação em ciência e tecnologia. Estamos construindo em conjunto dois satélites de monitoramento de recursos da Terra. Muito me alegra ter meu Governo podido dar impulso decisivo a esse empreendimento. Esperamos poder ampliar esta cooperação para compreender outros setores de ponta, como o da biotecnologia, o da química fina e o dos novos materiais.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência se dá em momento de particular importância no plano das relações internacionais.

Delineia-se nova ordem que nos impõe responsabilidades compartilhadas na construção de uma convivência internacional mais justa e democrática.

Brasil e China coincidem na avaliação de que uma agenda para o desenvolvimento constitui complemento indissociável de uma agenda para a paz.

Deve ser nossa tarefa, também, conferir à ordem internacional uma nova base de legitimidade. Esse desafio faz ressaltar a premente necessidade de se pensar a reestruturação das Nações Unidas e, em especial, de seu Conselho de Segurança. Eis aí um novo espaço — de decisiva importância — que convida à coordenação de esforços entre nossos países.

Senhor Presidente,

China e Brasil estão cada vez mais próximos graças, sobretudo, à vontade determinada com que ambos se dedicam a aprofundar a cooperação bilateral.

Com este espírito construtivo, e movido pela fraternal amizade que une nossos países, convido todos os presentes a brindar à saúde e à felicidade pessoal de Vossa Excelência, assim como ao contínuo progresso, felicidade e paz duradoura para o povo chinês.

Muito obrigado.



**XVI**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião da  
cerimônia de inauguração da V Reunião de  
Chefes de Estado do Conselho do Mercado  
Comum, na Cidade de Colônia — Uruguai.  
Colônia, Uruguai, 17 de janeiro de 1994.**



Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente Luiz Alberto Lacalle,  
Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente Carlos Saúl Menem,  
Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente Juan Carlos Wasmosy,  
Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente Gonzalo Sanchez de Lozada,  
Sr. Intendente da cidade histórica de Colônia,  
Senhores Chanceleres,  
Senhores Embaixadores,  
Senhores Ministros,  
Senhor Bispo,  
Senhoras e Senhores,

Minhas palavras de agradecimento ao povo e ao governo uruguaios, e muito particularmente ao Presidente Luiz Alberto Lacalle, pela hospitalidade e pela organização da V Reunião do Conselho do Mercado Comum neste cenário histórico de Colônia.

Posto avançado dos colonizadores portugueses na margem oriental do Rio da Prata, mais de trezentos anos transcorreram para que, de símbolo da confrontação imperial europeia, a antiga Colônia do Sacramento se transformasse em marco da cooperação e da integração de nossos países.

Desejo saudar, de maneira especial, o Presidente Juan Carlos Wasmosy, pela primeira vez presente a um encontro

dos Presidentes dos países do Mercosul, e o Presidente Sanchez de Lozada.

Hoje se encontram, mais uma vez, os Presidentes de quatro Repúblicas latino-americanas unidas pelo desejo comum de promover, sob a mais pura inspiração democrática, o ideal de desenvolvimento econômico com a justiça social expresso no Tratado de Assunção.

Senhores Presidentes,

Transcorridos quase três anos da assinatura do Tratado de Assunção e a menos de um ano do término do período de transição, creio ser essencial refletir sobre tudo aquilo que fomos capazes de realizar até o momento, bem como sobre os desafios que o processo de integração ainda nos apresenta.

Os esforços visando à implementação do Mercosul foram amplamente recompensados pelos resultados positivos já alcançados. Nesse contexto, cabe ressaltar a atuação do Conselho do Mercado Comum, do Grupo do Mercado Comum e dos demais foros de negociação do Mercosul que, por intermédio de suas recomendações, resoluções e decisões, lograram aprofundar a integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

O crescente interesse de empresários, trabalhadores e acadêmicos revela a medida da importância atribuída ao Mercosul pelas sociedades dos países que o integram. A significativa migração transfronteiriça de empreendimentos e investimentos constitui demonstração da confiança depositada pelos operadores econômicos no processo de integração em curso.

No que tange ao comércio intra-regional, os resultados são extremamente positivos. O intercâmbio intra-Mercosul que alcançou 3,6 bilhões de dólares em 1990 — ano que

antecedeu a assinatura do Tratado de Assunção — terá superado a cifra de 7,5 bilhões de dólares em 1993. Medida em que avança o Programa de Liberalização Comercial instituído pelo Tratado de Assunção, ampliam-se as perspectivas de crescimento dos níveis de comércio.

Atravessaremos, em 1994, uma etapa decisiva, na qual deveremos enfrentar e vencer importantes desafios. O principal deles é o de estabelecer uma tarifa externa comum, condição indispensável para consolidar o processo integracionista e para viabilizar avanços posteriores.

A realidade dos compromissos assumidos no Tratado de Assunção apresentou-se de forma aguda na negociação da tarifa externa comum. Este é o momento de reafirmar que eventuais ajustes se justificam plenamente, em vista dos benefícios do processo. Estamos engajados no esforço ousado da total abertura recíproca de nossos mercados. Os benefícios serão proporcionais ao tamanho dos mercados que se abrem a cada um dos parceiros.

A contrapartida da abertura ampla e generosa, que estamos promovendo, há de ser a compreensão de que o mercado comum só tem sentido de assegurar margens absolutas de preferência e o nível de proteção minimamente compatível com a complexidade e o desenvolvimento dos setores produtivos dos quatro países em face a terceiros.

Não se deve subestimar a capacidade de nossas economias de responder positivamente às exigências da integração. Estatísticas mais recentes demonstram o bom desempenho de todos os países do Mercosul em 1993, superior ao verificado nos anos anteriores.

No caso brasileiro, a economia cresceu cerca de 4,5%, com aumento de 9% da produção industrial. O plano de ajuste

econômico, que se encontra em fase de implementação, criará, mediante redução dos índices de inflação, condições ainda mais positivas para a retomada do crescimento.

A corrente global de comércio cresceu 10%, durante o ano de 1993, alcançando um valor global de 65 bilhões de dólares. A reativação da economia e o prosseguimento do processo de abertura comercial explicam o aumento de 23,7% nas importações globais do Brasil, que situaram-se em 25,5 bilhões de dólares para o ano como um todo. O aumento expressivo do saldo comercial brasileiro, sem que houvesse redução nas exportações, que cresceram 8,8%.

No âmbito regional, a economia brasileira tem desempenhado papel fundamental na expansão do comércio. O Brasil é o principal mercado para as exportações dos países do Mercosul. Temos realizado gestos concretos para expandir ainda mais esses fluxos de comércio. Assim, em 1993, as importações brasileiras provenientes do Mercosul alcançaram a cifra significativa de 3 bilhões de dólares, representando o crescimento de 58% em relação ao ano anterior.

Nossos países têm dado repetidas provas de maturidade democrática e estabilidade institucional — pressupostos necessários para o sucesso da iniciativa de integração. Estamos convictos de que o Mercosul está sendo construído sobre sólidas bases políticas e econômicas.

Senhores Presidentes,

A prioridade que o Brasil atribui ao Mercosul não é excludente. Vejo na articulação gradual dos processos sub-regionais de integração o futuro do projeto de integração da América Latina, e, em particular, da América do Sul. Nesse sentido, julguei oportuno propor, por ocasião da VII cúpula presidencial do Grupo do Rio, a criação de uma área de livre

comércio sul-americana, resultante da aproximação dos esforços de integração do Mercosul, do grupo andino, da iniciativa amazônica, e com a participação do Chile, cujos instrumentos básicos gostaríamos de ver definidos e acordados ainda este ano.

Estamos atentos à realidade representada pela criação do Nafta. Consideramos oportuno que o Mercosul fortaleça o sistema de consultas estabelecido pelo acordo 4+1 firmado com os Estados Unidos.

Registro a satisfação do Brasil pela conclusão da rodada Uruguai do GATT, marco do fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Os resultados finais da rodada recomendam a continuidade dos esforços de coordenação dos países integrantes do Mercosul nos foros multilaterais de comércio.

Ao longo de 1994, o Mercosul terá que definir além da tarifa externa, outros instrumentos de uma política comercial comum. Precisaremos estabelecer mecanismos de defesa da concorrência e proteção ao consumidor. Esse conjunto de medidas é indispensável ao sucesso do Mercosul e à concretização de uma união aduaneira em 1º de janeiro de 1995. Quanto ao perfil institucional do Mercosul, é essencial que reflita os avanços obtidos nas negociações substantivas.

Senhores Presidentes,

Nesta oportunidade, em que os quatro chefes de estado dos países integrantes do Mercosul encontram-se mais uma vez reunidos em torno do ideal da integração, reafirmo o empenho do Governo do Brasil em cumprir todos os compromissos assumidos com vistas à concretização dos objetivos econômicos e sociais definidos no tratado de Assunção.

Muito obrigado.



XVII

Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião da  
cerimônia de instalação da Comissão de  
Vizinhança Brasileiro-Colombiana, na  
cidade de Letícia, Colômbia.  
Letícia, Colômbia, 22 de janeiro de 1994.



Senhor Presidente da Colômbia,  
Senhores Chanceleres,  
Senhores Ministros,  
Senhores Presidentes da Comissão de Vizinhança Bra-  
sil-Colômbia,  
Senhor Governador do Departamento do Amazonas,  
Senhor Governador do Amazonas,  
Senhor Alcaide de Letícia,  
Senhor Prefeito de Tabatinga,

Em nome de todos os brasileiros desejo saudar calorosa-  
mente a nobre e amiga nação colombiana, na pessoa de seu  
ilustre Presidente, Doutor Cesar Gaviria Trujillo.

Nosso encontro de hoje reafirma os laços de permanente  
amizade entre o Brasil e a Colômbia e assinala o início de uma  
nova etapa de cooperação entre nossos povos.

Senhor Presidente,

No panorama global, a conclusão da rodada Uruguai abre  
caminho para o reforço, em bases mais estáveis e previsíveis,  
do sistema multilateral de comércio. Os desdobramentos  
dessa conjuntura internacional produzirão reflexos sobre a  
América Latina e sobre todo o mundo em desenvolvimento.

Em nosso continente, multiplicam-se as iniciativas de concertação no mais alto nível, impulsionadas pelo irreversível processo de consolidação da democracia como padrão de ordenamento político da sociedade e do relacionamento entre os Estados.

As conferências de cúpula dos países Ibero-Americanos — que voltarão a reunir-se em junho próximo na histórica cidade de Cartagena — bem como as reuniões do Grupo do Rio, constituem testemunho eloqüente da vitalidade e importância dos mecanismos informais de consulta entre os governantes da região.

No plano bilateral, nossos governos têm intensificado os contatos em todos os níveis. O Brasil teve a honra de receber Vossa Excelência em 1991 e, mais recentemente, em Salvador, para a III Conferência Ibero-Americana. A Ministra das Relações Exteriores, Noemí Sanín de Rubio, visitou o Brasil oficialmente no ano passado. O Chanceler Celso Amorim, por sua vez, esteve em Bogotá há poucos meses, ocasião em que assinou o memorando de entendimento para a criação da Comissão de Vizinhança Brasileiro-Colombiana.

A criação da Comissão de Vizinhança abre oportunidades para o aprofundamento da cooperação bilateral. Esta iniciativa dará renovado vigor aos esforços de ambos os países na promoção do desenvolvimento regional.

A Comissão de Vizinhança dará às comunidades de Tabatinga, Leticia e áreas adjacentes um foro eficaz para encaminhar, de forma descentralizada, propostas e iniciativas referentes à proteção do meio ambiente, à promoção do ensino do português e do espanhol, realização de campanhas de saúde, à coordenação de obras públicas nos setores de transporte e fornecimento de energia, e à proteção e assistência às populações indígenas.

Por intermédio do mecanismo que ora instalamos, reafirmamos a prioridade de que se reveste a região amazônica para cada um de nossos países. Confiamos no futuro desta região e reafirmamos nosso propósito de estimular o desenvolvimento sustentável da Amazônia, em conjunto com os países com os quais compartilhamos este gigantesco patrimônio.

Desejo ressaltar a importância que atribuímos ao Tratado de Cooperação Amazônica, como instrumento relevante de cooperação regional, e como vetor de intensificação das relações bilaterais. A proposta brasileira de criação de uma secretaria permanente para o TCA, em torno da qual esperamos reunir o consenso dos estados amazônicos, visa precisamente a fortalecer o tratado e a proporcionar-lhe melhores condições para ajudar a promover o desenvolvimento econômico e social da região.

Senhor Presidente,

Tomei conhecimento, com satisfação, do interesse com que a Colômbia acolheu a Iniciativa Amazônica, que lancei em dezembro de 1992. Estou certo de que as negociações em curso sobre a inclusão de um acordo de complementação econômica entre o Brasil e a Colômbia, chegarão a bom termo e permitirão expandir o comércio bilateral, situando-o em patamar compatível com as potencialidades de nossas economias.

Assinalei em Santiago, por ocasião do último encontro presidencial do Grupo do Rio, que o Brasil visualiza a formação, ao longo dos próximos dez anos, de uma área de livre comércio sul-americana. Esse espaço econômico ampliado resultaria da articulação entre os processos integracionistas em andamento no Mercosul, da Iniciativa Amazônica e do

Grupo Andino. Será também importante, nesse contexto, a participação do Chile.

A projetada área de livre comércio, cujos instrumentos básicos gostaríamos de ver definidos e acordados ainda este ano, facilitará a aproximação das iniciativas sub-regionais de integração na América do Sul com o Nafta, com o Mercado Comum Centro-Americano e com a Comunidade do Caribe. A proposta de constituição da área de livre comércio sul-americana encontrou boa receptividade durante a recém-concluída Reunião do Conselho do Mercosul, cujo comunicado final registra o apoio dos Presidentes à convocação, ainda este ano, de uma conferência destinada a definir as modalidades e instrumentos necessários à conformação da área.

Senhor Presidente Cesar Gaviria,

Diante da escassez de recurso que nos afeta, cabe-nos a tarefa prioritária de identificar fórmulas novas e imaginativas para imprimir novo alento à cooperação brasileiro-colombiana. Iniciativas como a da Comissão de Vizinhança, que ora instalamos, contribuirão para estreitar ainda mais os tradicionais vínculos que nos unem, contornando as dificuldades presentes.

Senhor Presidente e estimado amigo,

Ao saudar em Vossa Excelência o esclarecido estadista da moderna Colômbia, permita-me expressar os sentimentos de confiança do povo brasileiro em um futuro auspicioso para a amizade e cooperação entre nossos dois países.

Muito obrigado.

**XVIII**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião do  
jantar oferecido pelo Embaixador José  
Aparecido e a Senhora Sarah Kubitschek  
aos Chanceleres de língua portuguesa,  
no Memorial JK.  
Brasília, 10 de fevereiro de 1994.**



Excelentíssimos Ministros de Relações Exteriores que nos visitam,  
Senhor Embaixador José Aparecido de Oliveira,  
Senhora Sarah Kubitschek,  
Senhora Vice-Governadora,  
Senhores Ministros de Estado,  
Senhoras e Senhores,

Nesta noite, e neste cenário, começo por homenagear a memória de um homem que, como poucos, soube compreender, amar e respeitar esta nação.

Houve — e foi o nosso concidadão em Minas Paulo Pinheiro Chagas — quem o dissesse contemporâneo do futuro. Mais do que contemporâneo do futuro, devo dizer, Juscelino foi um dos construtores de futuro. Ele tinha, nas mãos, confundidas com as suas, as linhas do destino nacional. Foram por essas linhas que se desenharam o nosso segundo nascimento, o nascimento econômico. Juscelino Kubitschek conquistou a legenda «cinquenta anos em cinco». Ele soube prosseguir, com a ousadia dos garimpeiros, o projeto industrial de Vargas, e deu a cada brasileiro seu salvo-conduto de orgulho.

Foi assim que, com ele à frente, edificamos Brasília, ocupamos o Oeste, riscamos de caminhos a grande floresta, represamos os rios e nos assenhoreamos de sua energia, e atiramos a nossa âncora no próximo século.

Este momento nos faz recordar a proposta inovadora que fez ao continente, de uma Operação Pan-Americana, em busca da prosperidade comum sobre os fundamentos da justiça. Tantos decênios depois, reunimo-nos em Brasília e nos encontramos entre essas paredes que o lembram, para tratar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Quis o destino que eu me ocupasse desta iniciativa atual, que se enquadra nos marcos da diplomacia brasileira.

Neste momento em que nos visitam irmãos tão próximos no sangue e no espírito, quero render também o meu preito de afeto a Dona Sarah Kubitschek. A dignidade de sua vida, que resume as virtudes das mães, faz de Dona Sarah a permanente primeira dama do Brasil. Ela, mais do que a esposa de um Presidente da República, foi a companheira do grande estadista, e deu-lhe, com honra e com a inteligência, o ânimo de fazer e de resistir.

Agradeço-lhe, Dona Sarah, o belo pergaminho e a abertura deste espaço sagrado da memória afetiva nacional a este encontro com os Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Senhores Chanceleres,  
Embaixador José Aparecido de Oliveira,

Este nosso encontro de Brasília é novo e decisivo passo para a consolidação da Comunidade. Os entendimentos diplomáticos conduziram ao Comunicado Conjunto de Brasília, que afiança o nosso propósito e garante o nosso pacto histórico. Trouxe-me alegria particular a menção aos esforços que

o Governo realiza por meio do Conselho de Segurança Alimentar, dirigido por Dom Mauro Morelli, e da Campanha pela Cidadania, conduzida pelo sociólogo Herbert de Sousa. Agradeço a referência à candidatura de Betinho ao Prêmio Nobel da Paz.

Associo-me também à iniciativa da criação, no âmbito de nossa Comunidade, de passaporte contra o racismo. Não é preciso reafirmar o nosso repúdio a essa manifestação de primitivismo.

Temos os nossos olhos voltados para a tragédia do bravo povo africano de Angola, sobretudo depois da memorável mesa-redonda de Luanda. E esperamos a consolidação da paz em Moçambique. Seu sofrimento é nosso sofrimento e a sua paz será a nossa paz. Faremos tudo o que pudermos fazer para que cessem as hostilidades e as mãos que hoje empunham as armas se juntem para a construção do bem comum.

Senhores Ministros,

Não pôde o Chanceler Celso Amorim estar presente a este encontro, em razão de viagem já decidida antes a Montevideu, a fim de participar de reunião de interesse do continente. Representa-o, e representa a Chancelaria, o Embaixador José Aparecido de Oliveira. Ele, como meu emissário especial, visitou os países de expressão portuguesa e completa agora a missão em Maputo e ultima, do lado brasileiro, os preparativos do encontro, em Lisboa, dos Chefes de Estado dos países de língua portuguesa, quando esperamos concluir esta fase de entendimentos para a institucionalização de nossa Comunidade, depois dos exaustivos esforços que temos desenvolvido. Em seguida, Ministro Durão Barroso, terei o prazer de rever o Presidente Mário Soares e o Primeiro-Ministro Cavaco e Silva que, com Vossa Excelência, vêm dando

o estímulo de seu saber e de seu prestígio internacional a essa iniciativa do Governo brasileiro, quando nos encontraremos na próxima Reunião Cimeira Luso-Brasileira.

Peço-lhes levar aos seus povos os sentimentos de fraternidade do povo brasileiro.

**XIX**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião do  
almoço oferecido pelo Presidente da  
República da Venezuela,  
Dr. Rafael Caldera.  
La Guaira, Venezuela, 4 de março de 1994.**



Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Venezuela, Dr. Rafael Caldera,  
Senhores Ministros das Relações Exteriores,  
Senhores Ministros,  
Senhores Embaixadores,  
Senhores e Senhoras,

Senhor Presidente,

A oportunidade que me oferece Vossa Excelência, de ser o primeiro Chefe de Estado estrangeiro com quem se reúne após haver assumido a Presidência desta grande nação, é simbólica da estreita amizade que une o Brasil à Venezuela e do interesse recíproco em aprofundá-la.

Meu Governo acompanhou de perto os acontecimentos que culminaram com a sua expressiva vitória nas eleições de dezembro passado, e quer aproveitar o ensejo deste encontro de trabalho para estender ao Governo e povo venezuelanos a sua fraterna solidariedade, com os olhos voltados para a consolidação da democracia em nosso continente e o progresso econômico e social de nossa região.

A satisfação que me acompanha nesta viagem é reflexo, em primeiro lugar, da hospitalidade venezuelana e do apreço brasileiro pelo inestimável aporte da Venezuela ao patrimônio histórico do mundo Latino-Americano. Mas minha alegria em estar hoje em La Guaira se deve, sobretudo, a uma forte afinidade com o Governo de Vossa Excelência, que se enraíza na comunhão de valores democráticos, na compartilhada determinação de reduzir a corrupção e no compromisso unívoco com a ética na política.

As relações entre o Brasil e a Venezuela se beneficiam de uma conjuntura histórica favorável ao adensamento do diálogo e ao fortalecimento da cooperação. Minha visita traz essa mensagem: vamos transformar a separação da fronteira numa convergência para o desenvolvimento — o homem é mais importante que o marco divisório.

Vejo chegado o momento, Senhor Presidente, de emprendermos um ousado projeto comum de intercâmbio, diálogo e integração, capaz de vivificar e consubstanciar a cooperação bilateral em todas as suas vertentes. Para este fim, contaremos com a Comissão Binacional de Alto Nível — instrumento apurado que, por seu elevado nível e por sua abrangência constitui, para meu país, iniciativa singular e pioneira.

É, portanto, uma decisão histórica, que evidencia o altíssimo grau de prioridade que o Brasil empresta ao seu relacionamento com a Venezuela.

São inúmeras as áreas a serem exploradas e múltiplas as possibilidades de associação em benefício mútuo. O comércio, o setor energético, a cooperação fronteiriça, os transportes, a cultura, são alguns dos assuntos que já possuem sua complexa pauta própria, e que desejamos impulsionar.

No contexto proporcionado pela aceleração do processo integracionista em nossa arte do mundo, abrem-se, ademais, oportunidades de associação plurilateral que não podemos deixar de aproveitar, convictos como estamos de que os ideais do Libertador Simón Bolívar permanecem mais atuais do que nunca.

A proposta de criação de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que apresentei pela primeira vez na VII Cúpula do Grupo do Rio, se inspira nesses ideais. Estou certo de que a convergência dos esforços sub-regionais de integração do Mercosul, com a participação do Chile, traduzirá em crescente bem-estar e progresso nossa vocação regional para o entendimento e a convivência em harmonia.

Em homenagem àquele que melhor encarna a vocação de nosso Hemisfério para a paz e a concórdia, o VI Batalhão de Engenharia sediado em Boa Vista, no Estado de Roraima, acaba de ser batizado com o nome de Simón Bolívar, por portaria de 21 de janeiro de 1994. Trata-se de um gesto que reflete o apreço de nossas Forças Armadas pelo grande herói de uma nação vizinha e amiga, à qual nos unem laços de respeito e afeto.

Tenho certeza, Senhor Presidente, que durante a gestão de Vossa Excelência estes laços hão de estreitar-se ainda mais, à medida em que intensificamos o nosso trabalho conjunto nas diversas frentes de ação. Tenho certeza também de que hão de frutificar os esforços da Venezuela e do Brasil, para que nossas sociedades sejam mais justas e o nosso desenvolvimento mais eqüitativo.

Ao prestar homenagem ao Presidente da Venezuela, presto um tributo ao latino-americanismo, que sempre encontrou em Vossa Excelência um genuíno porta-voz e um lúcido

arquiteto. Nosso encontro se dá, assim, sob o signo desse espírito integracionista. Peço que me acompanhem neste brinde a um futuro de paz e prosperidade para a nação e o povo venezuelanos e à saúde e felicidade do Presidente Rafael Caldera.

Muito obrigado.

**XX**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião da  
solenidade do Dia do Diplomata,  
no Palácio Itamaraty.  
Brasília, 20 de abril de 1994.**



Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores,  
Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo  
Brasileiro,  
Senhores Ministros de Estado,  
Senhor Secretário-Geral,  
Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,  
Senhor Paraninfo,  
Senhores Formandos,  
Senhoras e Senhores,

Desejo aproveitar este Dia do Diplomata para expressar a minha grande satisfação em poder contar com a fiel e competente colaboração do Chanceler Celso Amorim à frente do Ministério das Relações Exteriores. Profissional de experiência diversificada e incansável dedicação aos interesses do país, o Embaixador Celso Amorim tem conseguido imprimir um ritmo extremamente ágil à nossa diplomacia, e extrair resultados muito positivos da interlocução com a comunidade internacional.

Constato com prazer que, sob sua hábil orientação, o Itamaraty aperfeiçoa o seu permanente trabalho de adaptação da política exterior às realidades globais e nacionais. Os diplomatas que ingressam nos quadros desta honrosa institui-

ção podem estar seguros de que a pasta das Relações Exteriores não poderia encontrar-se em mãos mais seguras.

Aos formandos do Instituto Rio Branco, trago palavras de otimismo e confiança.

A trajetória que hoje iniciam lhes dará compreensão crescente dos interesses da nação brasileira, necessariamente favorecidos por um ambiente internacional no qual prevaleçam a paz e a solidariedade.

É sempre uma data alegre, esta em que o Itamaraty rejuvenesce com o vigor e o dinamismo dos novos ingressos no seu quadro de serviço. A liberdade política e econômica que se vai construindo no Brasil supõe um estado eficiente que colabore com os esforços da sociedade para elevar os níveis de bem-estar humano.

Senhoras e Senhores,

A sensibilidade do Itamaraty para as necessidades do país manifesta-se no vigoroso processo de adaptação da política exterior às realidades globais e nacionais.

Ao lado das mudanças, há importantes permanências. Ao transformar-se, a ação diplomática preservará os princípios definidores da identidade do país. Dinamismo e continuidade são conceitos fundamentais na estratégia de política externa.

Afastemos o pessimismo que obscurece a compreensão de alguns fenômenos do momento presente. A sociedade brasileira é democrática e pluralista. Busca-se a justiça social e a superação de desigualdades internas. O cidadão brasileiro torna-se cada vez mais consciente da importância de sua participação ativa no aprimoramento institucional.

Ganham corpo no país consensos em torno do modo de organizar a sociedade e de gerir a coisa pública. A reorientação da economia emerge da consolidação democrática.

O processo de estabilização tem a dimensão do país. Estamos na direção correta, seguros de que os passos dados são irreversíveis. A vitalidade da economia brasileira se reflete nos dados macroeconômicos, como a recuperação da taxa de crescimento do PIB, o elevado nível de reservas cambiais, o aumento do fluxo de capitais estrangeiros e o saldo positivo da balança comercial. O problema da dívida externa está equacionado. O programa de estabilização, negociado com a sociedade, apresenta possibilidades efetivas de reverter o processo inflacionário.

Senhoras e Senhores,

Conquistamos a credibilidade no plano internacional porque assumimos o que somos e agimos com consistência. Somos geradores de consenso e promotores de equilíbrio na elaboração e administração da agenda internacional.

Assim o demonstrou nossa atuação na Conferência de Viena sobre os direitos humanos, em que ajudamos a estabelecer canais de diálogo entre países com interesses distintos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas e na Rodada Uruguaí do GATT, nossa diplomacia propiciou convergências indispensáveis ao sucesso das negociações.

Prestigiamos a organização das Nações Unidas, defendendo a ampliação equilibrada do Conselho de Segurança para que se torne mais representativo e ganhe legitimidade e eficácia.

Constitui objetivo indissociável da busca da paz a cooperação internacional para o desenvolvimento social e econô-

mico, que julgamos deva estar no topo da agenda internacional.

As questões ambientais são hoje centrais. O Brasil, com seu enorme patrimônio ambiental, tem influência na consideração da questão e na promoção do desenvolvimento sustentável. Caberá aos países desenvolvidos assumirem suas responsabilidades, notadamente aquelas relativas à transferência de recursos financeiros e acesso a tecnologias saudáveis para os países em desenvolvimento.

Com o repúdio às armas de destruição em massa, demonstramos inequívoca devoção à paz mundial. Além dos passos que já tomamos para garantir o uso da energia nuclear para fins pacíficos em nossa região, criei a Agência Espacial Brasileira, e assumimos compromisso formal de controle de tecnologia de mísseis. Esse histórico credencia-nos a reivindicar o intercâmbio tecnológico fluído, inclusive na área das tecnologias sensíveis.

A abertura que realizamos em matéria comercial e econômica autoriza-nos a defender a instauração de um sistema multilateral de comércio verdadeiramente livre. A Organização Mundial de Comércio — cujo acordo constitutivo acaba de ser assinado em Marraqueche — deverá ser capaz de administrar mecanismos mais equânimes de prevenção e solução de controvérsias, coibindo o protecionismo e o unilateralismo.

Senhoras e Senhores,

Na moldura dos relacionamentos bilaterais, nossa diplomacia desenvolve novas e importantes parcerias, além de reforçar laços tradicionais.

A interação com os países desenvolvidos diversifica-se e apresenta grande potencial. Com os países industrializados

na Ásia, na Europa, e no nosso Hemisfério, alcançamos uma relação madura, que favorece o encontro de soluções negociadas para as questões de interesse comum. As relações com os Estados Unidos, em particular, ingressam em momento muito promissor.

Mantivemos, no Continente Africano, o trato solidário, fruto de raízes compartilhadas e de ideário coincidente de desenvolvimento e justiça. Favorecemos a paz no Oriente Médio, região a que nos vinculam amizade tradicional e intenso relacionamento comercial. Com os países da Ásia, alcançamos nosso intercâmbio a patamares mais elevados, consoante com a importância daquela região. Estabelecemos com a China, país que visitarei proximamente, diálogo dinâmico, base de uma nova e privilegiada parceria.

Temos relações exemplares com os países da nossa região, com os quais mantemos contato direto e permanente. Intensificamos os processos de integração e aperfeiçoamos importantes mecanismos de articulação política, como o do Grupo do Rio, cuja próxima reunião presidencial sediaremos.

A cooperação para o progresso já produziu resultados notáveis, sobretudo no que se refere à integração econômica regional e à inserção mais competitiva do Brasil no mercado internacional.

O Mercosul é, claramente, um caso de sucesso. O intercâmbio entre seus integrantes passou de US\$ 3,5 bilhões, em 1990, para US\$ 8 bilhões, em 1993. As associações entre empresas e instituições dos quatro países multiplicam-se, e grandes empresas transnacionais determinam seus investimentos na sub-região em vista da zona de livre comércio que, em breve, estará totalmente implementada. Continuaremos a dar prioridade ao Mercosul, que queremos ver consolidado.

Para tanto, continuaremos a perseguir o objetivo da União Aduaneira, nos prazos e modalidades acordados em Colônia.

O expressivo êxito do Mercosul estimulou-nos a propor, em 1993, a criação de uma área de livre comércio na América do Sul. Este projeto de médio prazo visa a ampliar os atuais horizontes de integração sub-regional, desenvolver os vínculos com os nossos demais vizinhos e preparar melhores bases para uma integração hemisférica.

Meu governo, ao lançar a iniciativa da criação de uma comunidade dos povos de língua portuguesa, que recebeu a aprovação unânime de Portugal e dos cinco países irmãos africanos, projeta a construção de uma comunidade cultural e política baseada em valores comuns de civilização, os quais têm na língua sua expressão mais clara.

Senhoras e Senhores,

Ao acolher, como patrono, o jornalista Carlos Castello Branco, a turma que hoje se forma demonstra seu compromisso com uma visão realista do Brasil, visão esta que comporta um espírito crítico, orientado por vibrante sentimento patriótico. A admirável carreira de Carlos Castello Branco foi pautada pela observação zelosa dos fatos, com a preocupação constante em informar bem para melhor servir ao seu país.

Não poderia deixar de referir-me ao paraninfo, Embaixador Synésio Sampaio Goes Filho. Nele, reconhecem-se as virtudes do diplomata — o patriotismo, o espírito público e a aguda sensibilidade.

Formandos do Instituto Rio Branco,

No desempenho de suas funções como diplomatas, inestimável inspiração lhes proverá a longa história do Itamaraty em favor da nação. Do Barão do Rio Branco, cujo sesquicentenário celebraremos no próximo ano, esta Casa herdou — e

firmou — a convicção de que a política externa se funda no conhecimento apurado da realidade do país e na consideração detida de suas necessidades.

Peço que aceitem, com os colegas bolsistas da Bolívia, de Cuba e da Polônia, seus parentes e amigos, meus votos de felicidade pessoal e êxito profissional.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta cerimônia.



**XXI**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião do  
almoço oferecido ao Senhor Vaclav Klaus,  
Primeiro-Ministro da República Tcheca,  
no Palácio Itamaraty.  
Brasília, 25 de abril de 1994.**



Senhor Primeiro-Ministro,  
Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,  
Senhor Ministro das Relações Exteriores,  
Senhor Vice-Presidente do Senado Federal,  
Senhores Ministros de Estado,  
Senhores Parlamentares,  
Senhoras e Senhores,  
Senhor Primeiro-Ministro,

Ao dirigir a Vossa Excelência e à delegação que o acompanha a mais calorosa saudação de boas-vindas, desejo expressar, em nome do Governo Brasileiro e em meu próprio, a grande satisfação que experimentamos em receber sua visita ao Brasil.

Muito nos distingue a presença em terra brasileira do eminente Chefe de Governo da República Tcheca. Na pessoa de Vossa Excelência mesclam-se, em simbiose, o intelectual e o estadista.

Senhor Primeiro-Ministro,

A visita de Vossa Excelência tem, para o Governo Brasileiro, o significado da renovação, entendida como a reafirmação de antigos sentimentos e propósitos dentro de novo contexto.

Em 1993, a comunidade internacional acolheu, em reconhecimento ao desejo de autodeterminação, expresso de maneira democrática pelo povo tcheco, a recém-criada República Tcheca.

O Brasil foi o primeiro país a manifestar sua disposição de estabelecer com o novo Estado relações de amizade e cooperação.

O gesto brasileiro refletiu os mais de oitenta anos de relações frutíferas que mantivemos com a extinta Tchechoslováquia e o patrimônio de amizade acumulado durante esse longo período.

Senhor Primeiro-Ministro,

No Brasil, alcançada a plena democratização das instituições políticas, os esforços concentram-se agora no desenvolvimento econômico do País com justiça social.

Também no plano internacional, a democratização do processo decisório nos foros multilaterais é fundamental para o encontro de soluções satisfatórias para os grandes problemas que o mundo enfrenta.

Concomitantemente, o Brasil procura cada vez mais ampliar os horizontes de suas relações bilaterais, buscando afirmar sua condição de parceiro multifacetado e competitivo.

Nosso raio de ação externa mais imediato é, sem dúvida, a América Latina. A experiência exitosa do processo de integração econômica com países vizinhos do Mercosul tem demonstrado a viabilidade da cooperação regional.

Não nos descuidamos, todavia, de aprofundar nossas relações com a Europa Centro-Oriental, região em que se produziu a mais formidável transformação da ordem internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Deploramos que a afirmação da identidade nacional em certos casos tenha degenerado em conflitos cruentos, como na ex-Iugoslávia. Temos grande esperança de que possam ser solucionados em breve pela via da negociação, e não temos nos furtado a contribuir para esse propósito.

Por outro lado, registramos, com apreço, a forma pacífica e democrática pela qual as Repúblicas Tcheca e Eslovaca proclamaram sua soberania nacional.

Esta vocação manifesta da República Tcheca para o diálogo e para o entendimento a torna país de destaque no espectro da atuação diplomática brasileira na Europa Central e cria condições favoráveis para que o relacionamento bilateral se desenvolva de maneira positiva.

Senhor Primeiro-Ministro,

Ao longo das conversações que mantivemos, foi possível verificar a grande convergência de pontos de vista de nossos governos sobre os principais temas da atualidade internacional. Pudemos tratar, de maneira objetiva, das perspectivas de incremento das relações bilaterais e do potencial de cooperação entre nossos dois países.

O Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre os governos do Brasil e da República Tcheca, celebrado hoje, constitui instrumento apropriado às novas condições econômicas prevaescentes em ambos países e favorece o crescimento do intercâmbio bilateral.

Imbuído do espírito construtivo e cordial que presidiu nossos encontros, convido todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, pelo fortalecimento dos laços de amizade e cooperação entre o Brasil e a República Tcheca e pela crescente prosperidade do povo tcheco.

Muito obrigado.



**XXII**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião do  
almoço oferecido ao Senhor Nicolae  
Vacaroiu, Primeiro-Ministro da Romênia,  
no Palácio Itamaraty.  
Brasília, 11 de maio de 1994.**



Exm<sup>o</sup> Sr. Primeiro-Ministro da Romênia,  
Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro de Estado Interino das Relações Ex-  
teriores,  
Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Senado Federal,  
Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal,  
Exm<sup>os</sup> Srs. Ministros de Estado,  
Exm<sup>os</sup> Srs. Parlamentares,  
Exm<sup>os</sup> Srs. Embaixadores,  
Senhoras e Senhores,

Senhor Primeiro-Ministro,

É com grande satisfação que dou as boas-vindas a Vossa Excelência e à importante delegação que o acompanha em sua primeira vista ao Brasil.

O Governo brasileiro sente-se reconhecido por esta manifestação de apreço da Romênia, país com o qual compartilhamos o desejo de estreitar os laços de amizade e cooperação que nos unem.

A visita de Vossa Excelência representa a continuação de uma série de iniciativas, dentre as quais cito a vinda ao Brasil do Senhor Oliviú Gherman, Presidente do Senado da Romênia, e a do Senhor Cristian Iónescu, Ministro do Comér-

cio, em fevereiro de 1994, ocasião em que foi assinado o novo acordo de comércio e de cooperação econômica entre nossos dois governos.

Muito nos honra agora receber a visita do Chefe de Governo, que, com dinamismo e lucidez, tem conduzido o delicado processo de transição da Romênia.

Formulo, pois, votos de que a visita de Vossa Excelência ao nosso país seja agradável e produtiva.

Senhor Primeiro-Ministro,

A aproximação entre o Brasil e a Romênia é favorecida pela cultura latina que nos é comum. Considero que as recentes transformações políticas e econômicas na Romênia tendem a facilitar os contatos entre os setores governamentais e privados de ambos os países e a propiciar a dinamização das relações bilaterais.

Também o abrangente programa de reformas econômicas que empreendemos no Brasil tem tido impacto positivo na inserção crescente do País no comércio internacional e na comunidade econômico-financeira mundial.

Vejo com confiança o futuro das relações entre o Brasil e a Romênia. O amplo quadro de acordos bilaterais e o potencial de cooperação política, comercial, científico-tecnológica e cultural permitem entrever o desenvolvimento positivo de nosso intercâmbio.

Seja no campo econômico, seja no campo político, a atuação externa do Brasil tem como objetivo último a construção de uma ordem internacional mais justa e democrática.

Consideramos que o encaminhamento de soluções para as questões globais passa necessariamente pela democratização do processo decisório nos foros multilaterais. Por essa

razão, propugnamos que a eventual reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas seja feita de forma democrática e leve em conta os interesses de todos os membros da organização.

Envidamos, igualmente, esforços no sentido de consolidar os mecanismos de integração regional, em esquema de cooperação aberto a terceiros países e a outras associações multinacionais. É essa diretriz que preside o Mercosul e que tem assegurado seu bem-sucedido funcionamento.

Senhor Primeiro-Ministro,

A presença de Vossa Excelência em Brasília proporcionou a oportunidade de passarmos em revista os principais temas da agenda internacional, sobre a qual temos posições bastantes próximas.

Permitiu, igualmente, ampla troca de informações sobre a presente conjuntura em nossos países, bem como a análise aprofundada das perspectivas de incremento das relações bilaterais em variados campos de atividade.

Concomitantemente, nossos governos celebraram importantes instrumentos que deverão contribuir para o fortalecimento da cooperação entre o Brasil e a Romênia.

Temos diante de nós vasto campo para uma proveitosa atuação conjunta e estou certo de que saberemos encontrar caminhos criativos e inovadores para concretizar projetos e operações de interesse comum.

É com esse espírito construtivo que convido todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde e felicidade de Vossa Excelência e dos ilustres membros de sua delegação, pelo desenvolvimento das relações bilaterais e pela crescente prosperidade e bem-estar do povo romeno.

Muito obrigado.



**XXIII**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião da  
sessão de abertura do Vigésimo Quarto  
Período Ordinário de Sessões  
da Assembléia Geral da OEA.  
Belém do Pará, 6 de junho de 1994.**



Senhor Secretário-Geral da OEA,  
Senhor Presidente da República do Haiti,  
Senhor Governador do Estado do Pará,  
Senhores Chanceleres,  
Senhores Ministros de Estado,  
Senhores Embaixadores,  
Senhores Parlamentares,  
Senhores Membros do Poder Judiciário,  
Senhores Comandantes Militares de Área,  
Senhor Prefeito de Belém,  
Senhoras e Senhores,  
Senhores Chanceleres,  
Senhores Delegados,  
Senhor Secretário-Geral,

O Brasil os acolhe em um de seus mais belos cenários naturais, e nesta cidade de Belém, de vigorosa presença na epopéia da ocupação continental. Por muito tempo a cidade do Pará, situada no delta das águas imensas, vindas do Oeste, do Sul e do Norte, foi a sede do temor e da coragem. Nela se detinha o passo dos aventureiros, antes que se embrenhassem no excitante mistério das selvas e dos grandes rios. Aqui, senhores Chanceleres, os nossos comuns antepassados ibéricos forjaram parte de nosso destino e de nossa alma, no

convívio com um ambiente contemporâneo à aurora do mundo, e com a emocionante inocência daquela humanidade nativa, amparada por seus deuses estranhos e sua exemplar harmonia com a natureza bruta.

Ao recebê-los aqui, com as boas-vindas de todos os brasileiros, associamo-nos às homenagens devidas a um de nossos mais eminentes compatriotas, nascido em Belém do Pará, o Embaixador João Clemente Baena Soares.

Senhor Secretário-Geral,

Os últimos dez anos, de profundas e inquietadoras transformações na sociedade mundial, trouxeram à organização dos Estados Americanos desafios novos, que ela pôde administrar sob a sua lúcida e hábil condução, soube Vossa Excelência interpretar o desejo dos povos do continente, que é o de fortalecer o regime democrático e assegurar, mediante a solidariedade de todos para com todos, o desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Estou convencido, Senhor Secretário-Geral, Senhores Chanceleres, de que não há povo que não possa oferecer a outros a sua colaboração. Onde são escassos os recursos do território, há sempre poderosas conquistas do pensamento, na ciência, na técnica, na cultura, que podem contribuir para o enriquecimento comum.

Esse entendimento, que Vossa Excelência soube amimar, fortaleceu a esperança da comunidade interamericana na paz e na amizade, objetivos que dependem do desenvolvimento econômico e do respeito aos direitos humanos. Somolhes gratos, Embaixador Baena Soares, pelo meritório trabalho que executou à frente da organização continental e lhe desejamos novos êxitos no futuro.

A Organização dos Estados Americanos terá em breve, no cargo de Secretário-Geral, o jovem estadista Cesar Gaviria Trujillo, Presidente da Colômbia. Tenho, de meus encontros com o Chefe de Estado do grande país, nossa vizinha na geografia e na história, a imagem de um homem predestinado às mais desafiadoras missões. Ele vem demonstrando coragem e rara inteligência política no confronto com os problemas de seu país que são, de uma forma ou de outra, problemas de todos nós. Sua experiência será muito importante na Secretaria-Geral de nossa entidade.

Senhores Chanceleres,

Reafirmo, nesta assembléia, o alto compromisso do povo brasileiro com a democracia. Só sob o império da liberdade, que a lei assegura, os homens podem vencer as dificuldades de todos os dias e viver bem os anos de sua presença no mundo, com a fundada esperança de legar a mesma determinação de dignidade a seus filhos.

Esse empenho com o regime democrático tem sido a força de meu Governo, que nisso é apenas servidor da vontade e da decisão de nossa gente. Queremos a prosperidade econômica e o desenvolvimento social de nossos compatriotas e lutamos para que todos tenham os mesmos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia e a um ambiente saudável.

O desenvolvimento recomenda a presença de todos os países no mercado mundial. Por isso mesmo, confio na ação moderadora do GATT e na criação da Organização Mundial do Comércio como instrumentos democratizadores das relações mercantis internacionais.

O Brasil vem tomando iniciativas diplomáticas neste sentido. O Mercosul tem demonstrado como é possível reunir os nossos esforços em busca de vantagens mútuas e iguais.

Com o mesmo propósito de integração, empenhamo-nos na Iniciativa Amazônica, a fim de fortalecer os nossos vínculos econômicos e sociais com os vizinhos signatários do Tratado de Cooperação Regional. Mas o nosso projeto é o de estabelecer área de livre comércio sul-americana, em mercado comum, os países que compõem o Mercosul, o Grupo Andino, a Iniciativa Amazônica e o Chile. É uma proposta aberta a todos, e já ajustada, em seus parâmetros básicos, com os nossos associados do Mercosul. Desejamos iniciar logo as negociações necessárias aos acordos com os países em questão. Anima-nos o desejo do Chile de associar-se ao Mercosul.

Acompanhamos, com interesse, a constituição e consolidação do Nafta e os processos que se desenvolvem no Caribe e na América Central. Esses processos constituem etapas essenciais ao objetivo que nos é comum, de convergência, expansão e liberalização do comércio, dentro dos princípios naturais de igualdade e soberania.

Senhores,

Temos todos interesse em valorizar a OEA como foro político e diplomático voltado para a busca de soluções pacíficas e negociadas para as questões que afetam os nossos países, um foro voltado para o diálogo democrático e para a cooperação solidária. Superada a guerra fria, é nossa esperança que os últimos vestígios dessa confrontação possam dar lugar à cooperação harmoniosa entre todas as nações do Continente Americano, sem exceções.

Esse é um processo que se inicia dentro dos Estados nacionais e segue o seu curso nas associações de vizinhanças, nas organizações regionais, como a OEA, e em entidades mundiais, como a ONU, para se cumprir um dia, quando as armas estiverem definitivamente mudas e a palavra bastar para assegurar os direitos essenciais dos homens em suas

comunidades nacionais, e os das nações, na grande comunidade planetária.

Em nome de todos os brasileiros, que se sentem honrados em recebê-los, estou certo de que as decisões aqui tomadas irão fortalecer a fraternidade entre os nossos povos.

Declaro abertos os trabalhos do Vigésimo Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA.



**XXIV**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião  
da chegada em Cartagena das Índias, sede  
da IV Conferência Ibero-Americana de  
Chefes de Estado e de Governo.  
Aeroporto Rafael Nuñez, Cartagena das  
Índias, 13 de junho de 1994.**



Ao chegarmos à histórica e bela Cartagena das Índias, desejo, antes de mais nada, saudar o povo desta nação vizinha, à qual nos unem sentimentos fraternos de apreço. Confesso minha grande satisfação em voltar a participar da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, quando terei a honra de passar a condução de nossos trabalhos ao destacado líder e querido amigo Presidente Cesar Gaviria.

Esta cidade, que foi a mais imponente fortaleza da América colonial, simboliza, hoje, a força e criatividade da República da Colômbia. Temos presente, neste inigualável cenário dos trópicos sul-americanos, a riqueza material e espiritual de um país que se desenvolve em ritmo acelerado e se afirma com a coragem e determinação de sua sólida democracia.

A família ibero-americana orgulha-se da tradição de luta pela justiça, que aqui encontra, e sensibiliza-se ante a expressão universal do talento de seus anfitriões.

Certo de que teremos nos próximos dias a oportunidade de realizar importantes progressos, agradeço às autoridades colombianas a calorosa acolhida em nome do povo e do governo brasileiros.



**XXV**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião da  
cerimônia de abertura da IV Conferência  
Ibero-Americana de Chefes de Estado  
e de Governo.  
Cartagena das Índias, Colômbia,  
14 de junho de 1994.**



Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhores Chanceleres,  
Senhores Ministros,  
Senhor Governador do Departamento de Bolívar,  
Senhor Alcaide de Cartagena,  
Senhor Comandante da Força Naval do Atlântico,  
Senhores Parlamentares,  
Meus Senhores e Minhas Senhoras,  
Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Sobre a base do apreço mútuo e da comunhão de valores que suscitaram e hoje a consolidam, iniciamos a Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em seu quarto ano de existência.

Tive o prazer de recebê-los, em 1993, na cidade de Salvador, onde pude observar o desejo de todos de cultivar e valorizar as afinidades que nos legaram o tempo e a história. Guadalajara, Madri, Salvador e Cartagena são escalas no percurso que leva a um futuro de solidária interação, voltada para a paz, a prosperidade de nossos povos e a justiça social.

«O Comércio e a Integração como Elementos do Desenvolvimento Ibero-Americano», tema desta cúpula, é desdobramento natural dos debates anteriores. Aqui, analisaremos

**as condicionantes do desempenho comercial e econômico de nossos países. A familiaridade de todos com a trajetória de cada um permite que os debates sejam transparentes e amistosos.**

**No plano comercial, lutamos por regras equânimes e mercados verdadeiramente abertos. Concebemos a integração regional como processo de complementar o intercâmbio entre as diferentes regiões do globo, e concordamos quanto à necessidade de associarmos à eficiência indispensável ao crescimento, melhores padrões de vida para as nossas populações.**

**Dispomos, assim, de base ampla de consenso nesta reunião. Auxiliam-nos convergências anteriores quanto à urgência de uma nova agenda para o desenvolvimento, capaz de devolver o tema à atenção prioritária da Organização das Nações Unidas.**

**Senhor Presidente Cesar Gaviria,**

**Nesta idílica e muitas vezes centenária Cartagena, comove-nos a hospitaleira acolhida do governo e do povo colombianos. Sob sua competente orientação, progrediremos em nossas deliberações de forma inovadora e construtiva.**

**Experiências distintas e complementares levam-nos a acreditar nas vantagens da integração. A união européia constitui processo em fase adiantada de realização, a ser cuidadosamente estudado e analisado. Os países latino-americanos e caribenhos desenvolvem seus próprios programas de integração com resultados positivos. O Mercosul, o Pacto Andino, o Mercado Comum Centro-Americano, a Comunidade do Caribe (Caricom), o Grupo dos Três (G-3) e, nossa proposta mais recente, a Área de Livre Comércio Sul-Ame-**

ricana (ALCSA) são projetos dinâmicos para a liberalização do comércio internacional.

Recebemos com grande satisfação as manifestações da Bolívia, em Colônia, e do Chile, em Belém do Pará, no sentido de buscarem associação ao Mercosul, que significam passos concretos para a formação deste espaço econômico sul-americano, que concebemos aberto e não excludente. Neste sentido, saudamos o acordo de livre comércio na América do Norte e acompanhamos com interesse sua evolução. Vemos no Nafta uma possível ponte entre as nações ibero-americanas e os grandes mercados dos países desenvolvidos do continente americano.

O diálogo entre o Grupo do Rio e a União Européia é outra via de cooperação e integração. Neste contexto, colhemos importantes e animadores sinais de uma nova e mais concreta atenção da União Européia para com a América Latina, para o que o diálogo que mantemos neste foro terá contribuído.

A presente situação internacional oferece oportunidades novas para a diplomacia. Este foro corresponde a circunstâncias auspiciosas, configuradas no apego de nossos povos à democracia e no compromisso de seus governantes em aperfeiçoá-la.

Representamos uma comunidade de nações caracterizada por sua vocação para a paz. No entanto, as visões de fraternidade, que compartilhamos, convivem com imagens contrastantes de exclusão e violência. A Conferência Ibero-Americana procura contribuir, neste contexto, para o fortalecimento da tolerância e da concórdia. Tolerância e concórdia devem inspirar o relacionamento entre nossos países. A política do isolamento e dos «cordões sanitários» já não corresponde ao mundo pluralista e dinâmico em que viemos.

Presidente Cesar Gaviria,

Ao concluir, gostaria de expressar calorosos cumprimentos pela sua eleição para o cargo de Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos — OEA, onde, estou seguro, realizará brilhante gestão. Desejo-lhe todo o êxito nas tarefas que em tão boa hora assumiu, e passo a Vossa Excelência a direção dos trabalhos desta IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo Ibero-Americanos.

Muito obrigado.

**XXVI**

**Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, por ocasião da  
VI Reunião do Conselho do Mercosul.  
Buenos Aires, Argentina,  
5 de agosto de 1994.**



**Senhores Presidentes,**

Somos os obreiros de um projeto ousado e generoso. Bem-sucedidos, criaremos, em nossa parte do mundo, ambiente inédito de coesão e prosperidade. Já agora vivemos a realidade de uma cooperação política e econômica sem precedentes.

Nesta bela Buenos Aires, ao amparo da hospitalidade do povo argentino, desejo saudar, em meu nome e no do povo brasileiro, nosso estimado anfitrião, Presidente Carlos Saúl Menem, e os apreciados amigos, Juan Carlos Wasmosy e Luis Alberto Lacalle. Alegro-me a presença entre nós do Presidente do Chile, Eduardo Frei, e do Vice-Presidente da Bolívia, Hugo Victor Cárdenas.

Recebo com entusiasmo as manifestações de interesse do Chile e da Bolívia em se aproximarem de nossa área de integração. Vejo-as como o desdobramento natural da parceria existente entre os agentes econômicos de nossos países, coincidente com a desejada abertura do processo de integração e com o objetivo de conformação, nos próximos dez anos, de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA).

**Senhores,**

O momento é de decisões firmes. Estamos a menos de quatro meses do final do período de transição, ocasião em que a tarifa externa comum deverá tornar-se uma realidade e na qual estarão definidos os requisitos mínimos da nossa união aduaneira. Os governos têm agora uma tarefa imediata a cumprir, que é a transformação dos acordos alcançados em instrumentos operacionais.

Desde a reunião de Colônia, realizamos importantes avanços. Concluímos a definição da tarifa externa comum, superando muitas divergências com relação aos aspectos mais sensíveis deste instrumento. Também progredimos na negociação dos demais aspectos relacionados com a união aduaneira.

O dinamismo e o crescimento do comércio intra-regional revela que o Tratado de Assunção tem impacto positivo no conjunto da região. Esperamos que, em 1994, as correntes de comércio intra-regional superem 10 bilhões de dólares.

A implantação, em meu país, de uma nova moeda, estável e forte, e a conseqüente reativação da economia brasileira deverão ter repercussão favorável sobre os fluxos regionais de comércio e investimentos.

Senhores,

Nossos países optaram pelo tratamento multidisciplinar da integração, com crescente participação dos diversos setores da sociedade. O Mercosul envolve dimensões sociais e trabalhistas, cooperação técnica, científica e cultural e a articulação de ações nos campos de educação, justiça, meio ambiente, agricultura e indústria. Notáveis progressos ocorreram nestas áreas.

Possuímos o traçado inicial da futura gestão ambiental concertada entre os Estados-partes do Tratado de Assunção.

Logramos importantes avanços no campo da integração energética regional e no domínio dos transportes. Definimos a moldura para a cooperação jurídica entre os quatro países, que supre nossos operadores econômicos de regras claras, perfeitamente adaptadas à realidade do comércio internacional. Trabalhamos ainda para que o Mercosul possa contar com regras comuns sobre as garantias que cada Estado-parte pode conceder a investimentos estrangeiros.

São animadores os resultados da cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Estamos negociando com o BID o financiamento de projetos de pré-investimentos que irão beneficiar pequenos empresários e produtores agropecuários.

Uma das incumbências da presidência *pro tempore* brasileira será avançar na negociação de um novo acordo de cooperação com a União Européia, em conformidade com a determinação de estreitar laços com o Mercosul formulada, em junho último, pelos Chefes de Estado e de Governo europeus, reunidos em Còrfu.

Senhores,

A integração econômica deve ser elemento coadjuvante da liberalização do comércio mundial. Aguardo com otimismo a entrada em operação da Organização Mundial de Comércio, que deverá implementar e administrar os acordos firmados em Marrakesh. Nesta oportunidade, expresso meu reconhecimento pelo firme apoio que os parceiros do Mercosul têm dado à candidatura do Ministro Rubens Ricúpero à Direção-Geral da OMC.

O Brasil tem sempre procurado agir com espírito construtivo, ao mesmo tempo em que defende posições essenciais

ao parque industrial complexo de que dispõe. Podemos, hoje, saudar o conselho logrado que a todos beneficia.

Ao assumir a presidência *pro tempore* do Mercosul, o Brasil se defronta com o desafio de implementar a união aduaneira a partir de 1º de agosto de 1995. Envidaremos todos os esforços para que os trabalhos do Mercosul sejam concluídos dentro dos prazos. Os principais problemas políticos foram superados. A dimensão do trabalho técnico que nos aguarda é, entretanto, respeitável. Devemos, também, nesse próximo semestre, tomar decisões sobre a institucionalização do Mercosul, que deve guardar relação com os avanços que fizemos e ter presentes as realidades políticas e econômicas dos quatro países.

Sabemos que a vontade dos Governo, lastreada nas aspirações da sociedade, assinala impressionantes saltos evolutivos no organismo social. As mudanças de mentalidade dão nova conformação ao entrelaçamento entre as nações. Modalidades originais de atuação internacional se desenvolvem e os instrumentos de cooperação internacional se diversificam. Este reconhecimento vem transformando a face do mundo em nossa época.

Com determinação, coerente com nossas melhores tradições de paz e solidariedade, transformemos a América do Sul em um espaço modelar, perfeitamente adequado à riqueza de nossos recursos humanos e naturais. Temos, no Mercosul, um instrumento ideal para consolidarmos as profundas aspirações de nossos povos de viverem num mundo que ofereça estímulos concretos à cooperação e ao trabalho com dignidade e justiça social.

**XXVII**

**Discurso do Senhor Presidente  
da República, Itamar Franco, na Sessão  
de Abertura da Reunião  
de Cúpula do Grupo do Rio.  
Rio de Janeiro, 9 de setembro de 1994.**



É com imenso prazer que lhes dou as boas-vindas ao VIII Encontro Presidencial, nesta cidade do Rio de Janeiro, que emprestou seu nome ao Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política. Em nome do povo brasileiro, formulo a todos votos de feliz estada.

Quero dirigir uma saudação especial aos Presidentes Samper, da Colômbia; León Carpio, da Guatemala; Perez Balladares, do Panamá; Caldera, da Venezuela, e ao Primeiro-Ministro Manning, de Trinidad e Tobago, que pela primeira vez participam de nosso Grupo. Esta renovação é sinal concreto da vigência da democracia em nossa região. À gentileza da presença de tão ilustres visitantes, o Rio de Janeiro retribui com o que tem de melhor: a beleza de sua natureza e a hospitalidade de sua gente. Tenham todos certeza de que aqui estarão entre amigos.

Em dezembro de 1986, criava-se o Mecanismo do Grupo do Rio, que se mantém como a instância mais elevada de consulta entre os países da América Latina e do Caribe, na esteira da bem-sucedida experiência em favor da paz na América Central.

Passados oito anos, o acervo político do Grupo é importante. A democracia é nosso maior patrimônio. A confiança

entre nossos países tornou-se cada vez mais sólida. Damos expressão unívoca ao pensamento político da nossa região e promovemos a ação conjunta em defesa de interesses comuns. Países individuais e grupos de países demonstram interesse em dialogar conosco. Representamos mercados emergentes, cujos atrativos são cada vez mais reconhecidos.

O Presidente Aylwin, anfitrião do nosso Encontro precedente, foi feliz ao expressar que vivemos um momento de esperança. É também a hora de afirmar a capacidade de realização dos povos latino-americanos e caribenhos, e, sobretudo, a confiança no futuro.

A realização material de nossas potencialidades só terá sentido se forem respeitados os princípios básicos do Direito Internacional. A bipolaridade política e ideológica impedia a plena realização do ideal de democracia mundial.

Impõe-se lograr uma ordem internacional que garanta e proteja os direitos de todas as Nações, desenvolvidas e em desenvolvimento, pequenas e grandes contra atos ilícitos e abusos de poder. O Grupo do Rio há de se colocar na vanguarda dessa grande tarefa.

A maturidade de nossa atuação externa projeta-se nas Nações Unidas, em cujos debates inclui-se a questão da ampliação do Conselho de Segurança. A atuação solidária da América Latina e do Caribe é fundamental para garantir que a região se faça representar naquele foro em condições de igualdade com outras no contexto de uma nova ordem internacional em formação.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

Acompanhamos com preocupação o recrudescimento das tensões acumuladas no relacionamento de Cuba com os

Estados Unidos da América. É nossa esperança que essas dificuldades possam ser resolvidas por meio do diálogo.

O Grupo do Rio saberá contribuir, com amizade e sentido construtivo, para a gradual reinserção de Cuba no convívio regional. O progresso das reformas econômicas e o avanço das aberturas políticas são responsabilidade do povo cubano. Tal processo deve ser apoiado por uma política de mão estendida. Nada se ganhará com o continuado isolamento político e econômico daquele País.

Devemos procurar favorecer, em seu quadro adequado, a solução da crise do Haiti. Condenamos a atitude dilatária das autoridades «de facto» naquele País, cuja intransigência ameaça prolongar a situação de impasse e agravar o sofrimento da população haitiana. Há que conduzir-se esforço político e diplomático que leve aquelas autoridades a responderem sem demora ao chamado da comunidade internacional, abrindo caminho para a restauração do Governo legítimo do Haiti.

Constituímos a área menos armada do mundo, de fato a única área povoada completamente livre de armas nucleares. Saudamos o anúncio da adesão de Cuba ao Tratado de Proscrição de América Latina e no Caribe. Conquistamos o direito de estar na vanguarda do movimento internacional em prol da completa eliminação das armas de destruição em massa, em todos os Continentes.

Como contrapartida, exigimos que nossos parceiros desenvolvidos assegurem-nos a possibilidade de aquisição da tecnologia necessária ao bem-estar de nossos povos. Só antiquados ressaibos de dominação podem explicar as dificuldades que ainda enfrentamos para adquirir os meios tecnológicos de que carecem nossas economias.

Senhores,

A nossa região embarcou em vigoroso programa de reformas econômicas, implementando com coragem e determinação. O êxito dos programas de ajuste macroeconômico na região muito depende de condições externas que concorram para a estabilidade e a continuidade do processo. Esta mensagem precisa ser transmitida, com muita clareza, aos países desenvolvidos.

Nesse contexto, é oportuna a iniciativa do Presidente Clinton de convocar uma Cúpula das Américas. Sem dúvida, é hora de imprimir sentido positivo às relações hemisféricas e de lhes dar nova direção, depurada das injunções da Guerra Fria.

A Cúpula das Américas poderá marcar a partida para uma nova fase da vida hemisférica, em que se associem realismo e solidariedade. A cooperação é o melhor atalho para a ampliação da riqueza regional.

Nossa região quer parceria na construção do futuro do hemisfério. Seremos parceiros na luta contra a corrupção e o crime organizado, e na administração da justiça; no combate ao narcotráfico e na criação de condições de bem-estar para os nossos filhos, e para os filhos de nossos filhos; na tecnologia e no comércio, e contra a discriminação. Parceiros, enfim, no resgate da cidadania, em todo o hemisfério.

O desenvolvimento solidário das Nações, neste mundo interdependente, é a forma lógica de reduzir os desequilíbrios que se evidenciam, por exemplo, nos fluxos crescentes de migrantes e refugiados.

A América Latina e o Caribe desejam a cooperação e não o assistencialismo. O regionalismo aberto contribui para re-

forçar o ideal do livre comércio. Adquirimos autoridade para reclamar a eliminação de práticas arbitrárias unilaterais.

O Grupo do Rio deve atuar como construtor de consensos. Esse papel há de ser nossa contribuição à consolidação de uma verdadeira ordem regional e mundial alicerçada na liberdade econômica, na justiça social e na democracia.

Há dois anos, nesta mesma cidade, firmou-se a consciência de que o encaminhamento dos temas ambientais deve englobar soluções para o problema da pobreza. Urge acelerar a implementação dos compromissos por todos assumidos na Conferência do Rio.

Senhores,

O êxito do processo de integração sub-regional abrirá caminho para a crescente ampliação dos espaços econômicos. A prioridade que o Brasil atribui ao Mercosul não é excludente. Consideramos que os arranjos regionais de comércio devem contribuir para a expansão global dos fluxos comerciais, de investimentos e de tecnologia.

Esta visão levou-me a propor, em nossa última Cúpula Presidencial em Santiago do Chile, a criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana, a ser implementada, de forma flexível, mediante um conjunto de acordos de livre comércio articulados entre si e amparados pelo Tratado de Montevidéu. Estão avançadas as negociações com países vizinhos. Chile e Bolívia já discutem sua associação ao Mercosul. A ALCSA também facilitará o estabelecimento de bases sólidas para a convergência futura das diferentes iniciativas de integração econômica.

Nenhuma sociedade sobrevive sem a visão do futuro. O tesouro mais bem cuidado de nossa região é a tradição de respeito mútuo, de diálogo, de soluções consensuais. O Grupo do Rio apresenta-se como instrumento privilegiado para fortalecer esse acervo e enriquecê-lo como contribuição para nossos povos e para a paz mundial.

Muito obrigado.

**XXVIII**                    **Discurso do Senhor Presidente da  
República, Itamar Franco, em solenidade  
com conferencistas estrangeiros — 22<sup>a</sup>  
reunião. Palácio do Planalto,  
Brasília, 20 de setembro de 1994.**



Senhor Ministro das Relações Exteriores,  
Senhores Diretores de Academias Diplomáticas,  
Senhor Diretor do Instituto Rio Branco,  
Senhoras e Senhores,

É com grande prazer que recebo os participantes da 22ª Reunião de Diretores de Academias Diplomáticas e Institutos de Relações Internacionais.

Com este evento, o Instituto Rio Branco comemora os 50 anos de sua criação. Nesse mesmo ano de 1994, festejamos o sesquicentenário do nascimento de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, patrono de nossa diplomacia.

A presença de Vossas Excelências em Brasília nesta ocasião é mais uma homenagem a Rio Branco, a quem o Brasil deve tanto na delimitação de suas fronteiras, sempre pela via da negociação, como o estabelecimento dos princípios fundamentais, que até hoje orientam a nossa diplomacia, voltados para a convivência pacífica entre as Nações.

É cada vez mais importante e também mais difícil a tarefa dos diplomatas. A dinâmica das relações internacionais, com suas crises e sua problemática, estão a exigir, continuamente,

a presença de diplomatas capacitados a lidar com toda sorte de dificuldades.

O desaparecimento do confronto entre o capitalismo e o comunismo não trouxe de imediato a paz por todos almejada. Crises, em diferentes pontos do mundo, e problemas globais como o desenvolvimento, a proteção do meio ambiente, a democratização das relações internacionais, o fortalecimento do sistema multilateral de comércio que desejamos verdadeiramente aberto, o acesso à tecnologia para os países em desenvolvimento e outros exigem a participação ativa dos diplomatas de todos os países. Daí a importância do treinamento desses profissionais.

Nos seus 50 anos de vida o Instituto Rio Branco tem honrado o legado do seu patrono, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Os diplomatas formados pelo Instituto encontram-se hoje nos quatro cantos do mundo colaborando para a aplicação dos princípios nos quais se baseia a política externa brasileira.

A seleção rigorosa para ingresso no Instituto é seguida por um processo de formação cuidadosa, que prepara o aluno para as suas atribuições na carreira de diplomata. Tem sido ampla a cooperação do Instituto com países amigos, especialmente da América Latina, da África, e mais recentemente da Europa Oriental na preparação de diplomatas.

O Brasil tem um compromisso histórico com a paz. Nossa diplomacia tem por base fundamental os princípios da solução pacífica de controvérsias, da igualdade soberana dos Estados, da autodeterminação dos povos, da não-ingerência e do respeito às normas do Direito Internacional.

Foi com base nesses princípios que o Brasil acabou de dar há pouco tempo, no Conselho de Segurança das Nações

Unidas, o seu voto em relação à problemática do Haiti, o problema da não-ingerência e o respeito às normas do Direito Internacional.

Esse é o grande legado de Rio Branco, em que a diplomacia brasileira atual se inspira para desenvolver os instrumentos que lhe permitam representar um país em transformação e atuar em uma conjuntura internacional em mudança acelerada.

Finalmente, a ação externa brasileira de hoje segue respeitando esses princípios e sua busca de objetivos como o desenvolvimento do país, a afirmação dos valores democráticos, a defesa da paz e da segurança internacionais e a luta em favor de uma ordem global mais democrática, econômica e politicamente mais justa.

Muito obrigado.



**XXIX**

**Discurso do Senhor Presidente da República, Itamar Franco, ao receber em audiência os chanceleres e representantes dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Palácio do Planalto, 22 de setembro de 1994.**



Senhores Chanceleres,  
Senhores Representantes dos países do Atlântico sul,

É com grande satisfação que recebo esta visita tão cara. Tenho sido informado pelo Chanceler Celso Amorim do bom e proficuo desenvolvimento dos trabalhos da III Reunião dos Estados-Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

Durante a Primeira Reunião dos Estados-Membros da Zona de Paz, realizada no Rio de Janeiro, em 1988, os Estados-Membros expressaram a esperança de receber no seio da Zona representantes de uma Namíbia independente e uma África do Sul livre do *apartheid*. Em 1990, em Abuja, na Nigéria, registramos a satisfação de acolher uma Namíbia livre e nos rejubilamos com a libertação de Nelson Mandela. Hoje, temos a alegria de contar com a presença de representantes do Governo de Unidade Nacional da África do Sul.

A adoção, em Brasília, de documentos importantes, como as Diretrizes sobre a Proteção do Meio Ambiente Marinho; a Declaração sobre a Desnuclearização do Atlântico Sul, bem como do compromisso de incentivar o desenvolvimento de laços comerciais entre os países da região sul-atlântica, augura um bom futuro para a nossa comunidade sul-atlântica.

Além das vertentes acima referidas, o Brasil considera que o aumento dos laços esportivos entre os nossos povos muito contribuirá para fortalecer o sentimento de pertencer a uma mesma vizinhança. Esperamos que a reunião de autoridades esportivas, prevista para realizar-se no próximo ano, seja a semente dos futuros jogos do Atlântico Sul, espaço de encontro de uma juventude oriunda de países democráticos e solidários.

A construção da paz e da prosperidade do nosso espaço oceânico requer a urgente solução do conflito que atinge o sofrido povo de Angola. Devemos persistir no esforço conjunto de contribuir para que a próxima Reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul registre o retorno da concórdia naquele país irmão.

A Reunião de Brasília marca a extensão da Zona de Paz e Cooperação a todos os países situados nas margens latino-americana e africana do Atlântico Sul. Três nações da América do Sul e 21 países africanos, do Cabo da Boa Esperança até Cabo Verde e Senegal, formam essa comunidade de Estados que se revitaliza com o fim da discriminação racial institucionalizada e o fortalecimento da democracia.

Rogo aos senhores que transmitam aos respectivos Chefes de Estado o nosso agradecimento por tão expressiva presença na capital do nosso país, e queiram aceitar minhas congratulações pelo trabalho realizado.

Muito obrigado.

**SUBCHEFIA PARA DIVULGAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS  
DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**ESTA OBRA FOI COMPOSTA,  
FORMATADA E IMPRESSA PELA  
IMPrensa NACIONAL,  
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,  
70604-900, BRASÍLIA, DF,  
EM 1994, COM UMA TIRAGEM  
DE 1.000 EXEMPLARES.**

«Conquistamos credibilidade no plano internacional porque assumimos o que somos e agimos com consistência. Somos geradores de consenso e promotores de equilíbrio na elaboração e administração da agenda internacional.»

(Presidente Itamar Franco)

